

CARTILHA
PARA GESTORES,
EQUIPES TÉCNICAS E
DEMAIS PROFISSIONAIS
QUE ATUAM EM SITUAÇÕES
DE RISCO E DESASTRES
CLIMÁTICOS

Cuidar na crise

Atenção à primeira infância nos abrigos emergenciais em situações de risco e desastres climáticos



CARTILHA
PARA GESTORES,
EQUIPES TÉCNICAS E
DEMAIS PROFISSIONAIS
QUE ATUAM EM SITUAÇÕES
DE RISCO E DESASTRES
CLIMÁTICOS

Cuidar na crise

Atenção à primeira infância nos
abrigoS emergenciais em situações
de risco e desastres climáticos

INICIATIVA:



APOIO:



O guia “Cuidar na crise: atenção à primeira infância nos abrigos emergenciais em situações de risco e desastres climáticos” é uma publicação da Prefeitura do Recife, desenvolvida com o apoio da Urban95 e Fundação Van Leer e com assessoria técnica do CECIP.

PREFEITURA DO RECIFE

Prefeito

Víctor Marques Alves

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Secretária de Educação

Cecília Cortez da Cunha Cruz

Secretária Executiva da Primeira Infância

Luciana Lopes de Vasconcelos Lima

Secretário Executivo de Gestão da Rede

Glaydson Alves da Silva Santiago

Gerente Geral do Gabinete

Tiago Freire Paes de Andrade

Gerente Geral de Articulação da Primeira Infância

Marcella Glasner Cardoso Dias

Gerente Geral da Regional Centro-Norte (RPAs 1 e 2)

Viviane Cristina de Lima Freitas

Gerente Geral da Regional Noroeste (RPA 3)

Danieli Silva

Gerente Geral da Regional Oeste (RPA 4)

Magda da Silva Maranhão

Gerente Geral da Regional Sudoeste (RPA 5)

Marília Oliveira Silva

Gerente Geral da Regional Sul (RPA 6)

Kátia Maria Olavo de Araújo

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME

Secretária de Assistência Social e Combate à Fome

Pâmela Mirela do Nascimento Alves Jimenez

Secretário Executivo de Assistência Social

Joelson Rodrigues Reis e Silva

Gerente Geral do SUAS

Mayra Ramos Barbosa da Silva

Chefe de Setor de Ações Emergenciais

Márcia Maria Rodrigues

SECRETARIA DE ORDEM PÚBLICA E SEGURANÇA / CENTRO DE OPERAÇÕES DO RECIFE

Secretário de Ordem Pública e Segurança

Alexandre Rebêlo Távora

Chefe Executivo do Centro de Operações do Recife

Anderson Soares de Freitas

Gerente de Processos

Matheus Santos Veras

Gestor de Projetos

José Teófilo Batista de Queiroz Júnior

SECRETARIA DE ORDEM E SEGURANÇA PÚBLICA / SECRETARIA EXECUTIVA DE DEFESA CIVIL

Secretário Executivo de Defesa Civil

Cassio Sinomar Queiroz de Santana

Gerente Geral de Atenção Social

Giselle Cristine de Melo Vieira

Gerente de Atenção Social

Maria Afra Nunes Guedes



SECRETARIA DE SAÚDE

Secretária de Saúde

Luciana Caroline Albuquerque D'Angelo

Secretária Executiva de Atenção Básica

Juliana Martins Barbosa da Silva Costa

Gerente Geral de Ações Integradas no Território

Débora Mendonça Amaral de Holanda
Cavalcanti

Gerente Geral do Distrito Sanitário II/ USF+ Ponto de Parada

Isabô Ângelo Beserra Ramalho

FUNDAÇÃO VAN LEER | Equipe

Representante no Brasil

Claudia Vidigal

Coordenadora de Programas

Marina Arilha Silva

Administradora de Programas

Juliana de Melo Rosa

Articuladora da Rede Urban95 Brasil

Taís Herig

Consultora de Monitoramento, Avaliação e Aprendizagem

Karina Tollara d'Alkimin

CECIP – CENTRO DE CRIAÇÃO DE IMAGEM POPULAR | Equipe Urban95

Coordenadora Executiva

Isabella Gregory

Coordenadora de Projetos

Bianca Antunes

Especialista em Urbanismo

Marieta Colucci

Especialista em Programas e Serviços

Sofia Faria

Comunicação

Isabela Morais

Articulação de Formações

Rafaela Pacola

Administração

Roberta Maçãs

“CUIDAR NA CRISE: ATENÇÃO À PRIMEIRA INFÂNCIA NOS ABRIGOS EMERGENCIAIS EM SITUAÇÕES DE RISCO E DESASTRES CLIMÁTICOS”

Coordenação Editorial e Edição

Bianca Antunes

Pesquisa e Textos

Eliceli Katia Bonan

Revisão Técnica

Anderson Soares de Freitas (Prefeitura do Recife), Luciana Lopes de Vasconcelos Lima (Prefeitura do Recife), Karina Tollara d'Alkimin, Debora Davies e Thais Menezes

Revisão Textual

Victória Gerace e Adriana Moreira Pedro

Projeto Gráfico e Diagramação

Tomaz Alencar

Ilustrações

Paula de Aguiar



Esta obra está sob uma licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-Compartilha Igual 4.0 Internacional (CC BY-NC-SA). Pode ser reproduzida com atribuição ao CECIP – Centro de Criação de Imagem Popular e FVL – Fundação Van Leer e para qualquer finalidade não comercial. Novas criações devem ser licenciadas sob termos idênticos.

Esta publicação foi composta nas fontes League Spartan e Work Sans.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Cuidar na crise : atenção à primeira infância nos abrigos emergenciais em situações de risco e desastres climáticos / [coordenação Bianca Antunes ; ilustrações Paula Aguiar]. – 1. ed. – Recife, PE : CECIP, 2026.

Bibliografia
ISBN 978-65-86970-11-1

1. Abrigos - Aspectos sociais
2. Crise ambiental 3. Emergências 4. Infância
5. Desastres ambientais 6. Desastres naturais
7. Serviço social I. Antunes, Bianca. II. Aguiar, Paula.

26-343513.0

CDD-363.7

Índice para catálogo sistemático:

1. Emergência e desastres ambientais :
Problemas sociais 363.7

Maria Alice Ferreira – Bibliotecária – CRB-8/7964



Carta aos profissionais

Prezadas e prezados profissionais,

A operação e a gestão de abrigos emergenciais durante o período de chuvas no Recife demandam preparo técnico, integração e sensibilidade – especialmente quando envolvem famílias com crianças na primeira infância, fase que se estende da gestação aos seis anos de idade e representa o período mais decisivo para o desenvolvimento humano.

Nessa etapa, condições de segurança, estabilidade emocional, convivência e acesso a cuidados adequados são fundamentais, inclusive – e sobretudo – em contextos emergenciais.

A Prefeitura do Recife tem avançado na implementação de políticas para a primeira infância articuladas à agenda climática, reconhecendo que os impactos dos eventos extremos são especialmente significativos para as crianças e suas famílias. Nosso compromisso é garantir respostas rápidas, humanizadas e fundamentadas em evidências, proporcionando ambientes mais seguros, organizados e adequados às necessidades dessa população.

Esta cartilha orienta gestores, equipes técnicas e demais profissionais sobre protocolos, responsabilidades, organização dos espaços, atenção integral às famílias e práticas que priorizam o bem-estar e os direitos das crianças. O conteúdo resulta de um esforço conjunto das equipes da Prefeitura do Recife, com a contribuição estratégica da iniciativa Urban95, que integra a perspectiva da primeira infância ao planejamento e à ação em situações de risco e em desastres climáticos.

Agradecemos a dedicação e o profissionalismo de cada pessoa envolvida nesta rede de proteção. Seu trabalho é essencial para que o Recife responda de forma eficaz e humana às situações climáticas que desafiam nossa cidade.

LUCIANA LIMA

Secretária Executiva da Primeira Infância da Prefeitura do Recife

ANDERSON SOARES

Chefe Executivo do Centro de Operações do Recife

Sumário



8 ABERTURA

Por que um guia para o cuidado com a primeira infância em situações de risco e desastres climáticos?

10 CAPÍTULO 1

O que sustenta o cuidar durante os desastres climáticos: princípios e diretrizes de ação humanitária e participação das crianças

20 CAPÍTULO 2

O que fazer antes: prevenção e preparação

22 Comunicação e engajamento: informar e ouvir as crianças

24 Planos de contingência e Planos de ação comunitários

26 A escola como espaço de preparação e resiliência

28 CAPÍTULO 3

O que fazer durante: cuidando da primeira infância nos abrigos emergenciais

30 PILAR 1: Ambientes seguros e inclusivos

32 • Estrutura física de abrigos emergenciais

42 • Água, saneamento e higiene nos abrigos emergenciais

45 PILAR 2: Abrindo as portas do acolhimento

45 • Recepção inicial

47 • Cadastramento e proteção de dados

48 • Acomodação

51 PILAR 3: Cuidar é proteger e manter seguro

52 • Prevenção e enfrentamento à violência

55 • Política de Proteção e Enfrentamento à Exploração e Abuso Sexual (PSEA)

60 • Prevenção de acidentes e segurança física

61 • Proteção da imagem e privacidade

- 64 PILAR 4: O abrigo é de todos: participação na gestão**
- 68 PILAR 5: A educação precisa continuar**
- 71 PILAR 6: Brincar também é cuidado**
76
 - Atividades com pouco ou nenhum recurso
- 81 PILAR 7: Saúde emocional: cabeça, corpo e coração em sintonia**
81
 - O estresse infantil
84
 - Atitudes importantes dos adultos: diálogo sensível e contato físico
87
 - Primeiros Cuidados Psicológicos (PCP) para crianças
- 93 PILAR 8: Alimentar e nutrir**
- 97 PILAR 9: Kits para a primeira infância nos abrigos emergenciais**
97
 - Kit 1: higiene e cuidados pessoais
98
 - Kit 2: materiais individuais para o brincar
99
 - Kit 3: materiais coletivos do abrigo

100 CAPÍTULO 4

O que fazer depois: deixar o abrigo e reconstruir

106 REFERÊNCIAS TÉCNICAS E NORMATIVAS UTILIZADAS

CHECKLISTS PARA NÃO PERDER NADA

- 19 Princípios e diretrizes de ação humanitária e participação das crianças
- 27 Prevenção e preparação
- 39 Estrutura física de abrigos emergenciais
- 44 Água, saneamento e higiene
- 50 Recepção inicial
- 62 Proteção e segurança
- 66 Participação de adultos e crianças
- 70 A educação precisa continuar
- 80 Brincar também é cuidado
- 92 Saúde emocional e apoio psicossocial
- 96 Alimentar e nutrir
- 103 Deixar o abrigo e reconstruir
- 105 Checklist para equipes: Transição do abrigo ao território

Por que um guia

para o cuidado com a primeira infância em situações de risco e desastres climáticos?

A primeira infância é um período único e transformador da vida humana. **É o momento em que o cérebro se desenvolve de forma mais intensa e acelerada, sendo profundamente influenciado pelos vínculos, cuidados e estímulos do ambiente.** Trata-se de uma janela de oportunidades, em que se constroem as bases para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social que acompanhará cada pessoa ao longo de sua trajetória.

Cuidar da primeira infância do Recife é o compromisso desta cartilha, focando em uma das situações mais drásticas que uma família pode viver: ter de deixar sua casa temporariamente por conta de deslizamentos e enchentes.

Nessas situações, bebês e crianças pequenas são particularmente afetados, gerando impactos em seu desenvolvimento e em sua saúde mental, caso não recebam apoio adequado. Garantir espaços seguros, afetivos e estimulantes significa assegurar que continuem crescendo e aprendendo, mesmo diante da crise.

Esta cartilha é um instrumento prático e orientador para equipes que atuam na linha de frente na resposta aos riscos e desastres climáticos. O documento apresenta recomendações, protocolos de cuidado e práticas baseadas em padrões nacionais e internacionais voltados à proteção integral da primeira infância.

Este material **não substitui** os planos e protocolos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), da Secretaria Executiva de Defesa Civil (SEDEC) ou das redes de Saúde e Educação. Pelo contrário, ele **apoia, complementa e operacionaliza as diretrizes já existentes**, trazendo para o foco as necessidades e os direitos da primeira infância em situação de acolhimento emergencial.

A cartilha reafirma o compromisso do Recife com a vida, a dignidade e o bem-estar das suas crianças. Cuidar com sensibilidade durante a emergência é semear uma cidade mais resiliente, solidária e humana – uma cidade que coloca as crianças no centro de todas as ações.



A capital pernambucana está entre as vinte cidades do mundo mais vulneráveis às mudanças climáticas.

Recife é uma cidade marcada por sua beleza, mas também por seus desafios geográficos. Cortada por rios, ladeiras e áreas costeiras, tem uma população de cerca de 1,5 milhão de habitantes – **sendo que 206.761 habitantes (cerca de 14% da população) vivem em regiões suscetíveis a deslizamentos de terra, enchentes e outros desastres naturais**, segundo dados do IBGE de 2018.



As mudanças do clima, aliadas à geografia e à ocupação do território recifense, devem elevar o risco de inundações no Recife em 68,44% até 2040, segundo o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC).

Capítulo 1

O que sustenta o cuidar durante os desastres climáticos:

princípios e diretrizes de ação humanitária e participação das crianças

A proteção à criança, especialmente na primeira infância, é um princípio central e inegociável em qualquer ação voltada à garantia de direitos. Da gestação aos seis anos de idade, o cuidado e o acolhimento devem proporcionar segurança, afeto, nutrição adequada e oportunidades de brincar e aprender. Essas condições são fundamentais para que a criança cresça de forma saudável e plena.

Em situações de risco e em desastres climáticos, a prioridade é cuidar das populações mais vulneráveis.

Nesse contexto, proteger a infância significa oferecer não apenas abrigo

físico, mas também um ambiente estável, seguro e sensível às suas necessidades, capaz de fortalecer vínculos familiares e garantir o desenvolvimento integral da criança.

Para apoiar esse trabalho, apresentamos neste capítulo os fundamentos e princípios que orientam a atuação em contextos de risco e de desastres climáticos, com base em diretrizes de proteção integral nacionais e internacionais, e com especial foco na primeira infância. Muitos dos princípios são comuns em diferentes bases normativas, e são mantidos aqui para enfatizar sua importância nas ações de proteção.

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

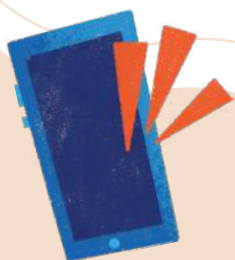
O ECA é o principal marco legal brasileiro para a proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes. Entre os direitos assegurados, destacam-se:

VIDA E SAÚDE

Toda criança tem direito à vida, à saúde e ao desenvolvimento saudável, desde o nascimento (Art. 7).

PRIORIDADE ABSOLUTA

Crianças e adolescentes devem ser **colocados em primeiro lugar** nas políticas públicas e nas decisões do Estado (Art. 4). Isso significa, entre outros, a **prioridade no atendimento em serviços públicos** e a garantia de **recursos orçamentários** para programas voltados à infância.



PARA SABER MAIS



Acesse o ECA.



LIBERDADE, RESPEITO E DIGNIDADE

Nenhuma criança pode ser submetida a tratamentos cruéis, violentos ou humilhantes (Art. 17 e 18).

EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

É direito o acesso gratuito à **escola pública** (Art. 53) e a uma educação que promova o desenvolvimento integral, o respeito aos direitos humanos e a convivência social. O poder público deve garantir o acesso a atividades culturais, artísticas, esportivas e de lazer.

CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA

Toda criança tem direito de **crescer em família**, com afeto, proteção e cuidado (Art. 19). O Estado deve apoiar famílias em situação de vulnerabilidade para evitar a separação desnecessária.

PROTEÇÃO CONTRA VIOLÊNCIA E EXPLORAÇÃO

As crianças devem ser **protegidas de qualquer forma de negligência**, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Art. 5). Isso inclui proteção contra: violência física, psicológica e sexual; trabalho infantil; abandono; exploração econômica ou de imagem etc.

PARTICIPAÇÃO

As crianças e os adolescentes têm **direito de expressar suas opiniões** e de serem ouvidos em decisões que os afetem diretamente (Art. 16).

Princípios Humanitários das Nações Unidas

Os direitos das crianças devem ser orientadores para todas as ações de planejamento estratégico e gestão em situações de risco e em desastres climáticos em cada uma de suas etapas: prevenção, preparação, resposta e recuperação.

Como base ética para essa atuação, destacam-se os princípios humanitários estipulados pela Organização das Nações Unidas (ONU). Eles pautam a ação humanitária e o trabalho de agências e organizações nacionais e internacionais em situações de crises, desastres, conflitos ou emergências. São eles:

INDEPENDÊNCIA

A ação humanitária deve ser autônoma em relação aos objetivos políticos, econômicos, militares ou de qualquer outra natureza.

HUMANIDADE

O propósito da ação humanitária é salvar vidas, proteger a saúde e garantir o respeito pelos seres humanos. Todas as meninas, meninos, mulheres e homens de todas as idades devem ser tratados com humanidade. Deve-se assistir e proteger toda e qualquer criança em vulnerabilidade, tratando-a com dignidade e respeito.

IMPARCIALIDADE

A assistência deve ser realizada sem discriminação por nacionalidade, etnia, raça, sexo, idioma, deficiência, crença religiosa, classe social, orientação sexual, identidade de gênero, opinião política ou outras opiniões.

NEUTRALIDADE

Trabalhadores sociais e humanitários devem se abster de se envolver em controvérsias de natureza política, racial, religiosa ou ideológica, e não devem tomar partido em hostilidades.

NÃO CAUSAR DANO

Este é um princípio adicional recente, internacionalmente reconhecido na atuação humanitária. As intervenções em contextos de crises, conflitos, desastres ou emergências não devem causar dano ou devem causar o menor dano possível.

A assistência humanitária e social, embora essencial, pode inadvertidamente aumentar ou prolongar situações de vulnerabilidade de indivíduos e famílias. É preciso **garantir que as intervenções tragam benefícios reais, evitando que causem mais prejuízos do que soluções** – seja por expor as pessoas a novas violações de direitos, seja por reforçar desigualdades ou gerar dependência da assistência recebida.

Esse compromisso envolve evitar a perpetuação de discriminação e a degradação ambiental decorrente das ações implementadas.

PARA SABER MAIS

Baixe a “Carta humanitária e normas mínimas para resposta humanitária”.



Protocolo Nacional Conjunto do Governo Federal para proteção integral em situação de riscos e desastres

O protocolo nacional fundamenta-se na **Convenção sobre os Direitos da Criança e no ECA**. Para as ações com crianças e adolescentes em situações de riscos e desastres, o protocolo estabelece princípios orientadores e diretrizes para o atendimento. Destacam-se:

Princípios orientadores

PROTEÇÃO INTEGRAL

Devem ser reconhecidos e **assegurados os direitos de crianças** e adolescentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

As crianças e os adolescentes devem estar a salvo de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, e ter o direito de preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA

O **vínculo com a família** deve ser priorizado e preservado, evitando separações, salvo quando indispensável ao melhor interesse da criança.

SUJEITOS DE DIREITOS

Crianças e adolescentes possuem direitos civis, sociais e humanos assegurados pela Constituição Federal e pelo ECA.

PESSOA EM DESENVOLVIMENTO

Devem ser garantidas condições à vida e a oportunidades que promovam, em condições de liberdade e com dignidade, o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social das crianças.

PRIORIDADE ABSOLUTA

Crianças e adolescentes têm **prioridade no atendimento**, na proteção, na formulação de políticas e na destinação de recursos públicos. Portanto, têm prioridade em receber socorro em situações de risco, em desastres ou calamidades públicas.

CORRESPONSABILIDADE

Família, sociedade e poder público devem atuar na proteção dos direitos, mesmo diante de desastres. Famílias devem manter as responsabilidades na proteção a seus filhos, resguardadas as limitações decorrentes da emergência.

MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Toda decisão deve considerar, de forma prioritária, os impactos na vida e no bem-estar das crianças, assegurando sua participação e o direito à informação adequada à idade.

Diretrizes gerais

INTERSETORIALIDADE

As ações de prevenção, preparação, resposta e recuperação devem ser **coordenadas entre diferentes setores, com responsabilidades definidas** para garantir respostas rápidas, eficazes, de qualidade e sem sobreposição de esforços.

FORTALECIMENTO DAS CAPACIDADES LOCAIS E CONTROLE SOCIAL

Planejamento e execução com máximo de **participação ativa da comunidade local e da população em situação de risco**, valorizando e fortalecendo as capacidades institucionais, comunitárias e pessoais dos envolvidos.

PRIMAZIA DO PODER PÚBLICO

O Estado é responsável por assegurar direitos e garantir a proteção integral de crianças e adolescentes em todas as fases do desastre.



PARA SABER MAIS



Acesse o protocolo “Proteção integral a crianças e adolescentes em situação de riscos e desastres”.

Diretrizes específicas

MINIMIZAÇÃO DOS DANOS

Evitar agravar vulnerabilidades, desigualdades ou gerar revitimização. Isso significa abster-se de tomar medidas que firam a dignidade, aumentem a dependência ou a insegurança de cada grupo.

NÃO FLEXIBILIZAÇÃO DE DIREITOS

Mesmo em ações emergenciais, **não se pode restringir direitos previstos** em Lei ou adotar medidas que violem o melhor interesse da criança.

IMPARCIALIDADE

As ações devem ser prestadas com base nas necessidades apresentadas e de acordo com os direitos assegurados a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação ou limitação.

RESPEITO À CULTURA E AOS COSTUMES

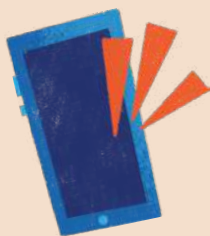
Considerar valores, práticas e contextos locais, assim como **os valores culturais das crianças e suas famílias**. Isso faz parte da garantia de direitos e ajuda a fortalecer a adesão das famílias às ações.

>> Esses mesmos princípios e diretrizes norteiam o Marco Legal da Primeira Infância no Recife (Lei nº 18.491/2018) e o Plano de Contingência da Secretaria Executiva de Defesa Civil do Recife (SEDEC).

Princípios para a participação das crianças em situações de emergência, da organização Save the Children

Para garantir o direito à participação infantil nas decisões e temas que afetam suas vidas, a organização Save the Children definiu nove princípios fundamentais, reconhecidos pelo Comitê das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança.

Esses princípios ajudam gestores, educadores e equipes de campo a garantir que a participação infantil seja protetiva, empoderadora e transformadora. Assim, a participação deve ser:



PARA SABER MAIS



Acesse os “Nove requisitos básicos para uma participação significativa e ética das crianças”, da Save the Children.

TRANSPARENTE E INFORMATIVA

As crianças devem compreender o **direito de expressar sua opinião**, sabendo que serão ouvidas e valorizadas. Devem ter acesso a **informações e recursos em formato adequado**, que as ajude a compreender por que estão envolvidas. Devem ser livres para fazer perguntas, levantar preocupações e apresentar ideias.

VOLUNTÁRIA

As crianças devem saber que **podem decidir participar – ou não** – dos processos. Os profissionais devem incentivar a participação, especialmente de crianças em situação de vulnerabilidade, mas garantir que ninguém seja forçado a participar. As crianças devem poder se retirar a qualquer momento de uma atividade e saber como fazê-lo.

RESPEITOSA

Adultos e outras crianças devem tratar as opiniões com respeito. Deve-se criar um ambiente que não desmereça as perspectivas, origens, experiências, preocupações e vulnerabilidades, no qual **as crianças se expressem sem medo de discriminação**.

RELEVANTE

Crianças devem contribuir com seu conhecimento, experiências e capacidades sobre temas que sejam significativos e importantes para a vida delas. Suas expectativas devem ser bem gerenciadas, entendendo os limites e o alcance de sua participação.

AMIGÁVEL

As crianças devem se sentir **acolhidas por profissionais acessíveis, receptivos e atenciosos**. As metodologias devem levar em conta idade, diversidade e capacidades, incentivando a autoconfiança e a expressão livre.

INCLUSIVA

A participação deve promover a inclusão. Não se deve humilhar nem excluir uma criança por alguma condição pessoal, e deve-se garantir que todas as crianças saibam que são valorizadas e respeitadas.

APOIADA POR CAPACITAÇÃO

Os **facilitadores devem receber formação** e estar preparados para atuar de forma eficaz, e ter excelentes habilidades de comunicação. As crianças devem ter acesso a informações sobre seus direitos e sobre outros assuntos relevantes a elas.

SEGURA E SENSÍVEL AOS RISCOS

As crianças devem saber que estão seguras e protegidas, conhecendo onde buscar ajuda e apoio se necessário. Os profissionais têm responsabilidade pela proteção das crianças com as quais trabalham e devem tomar precauções para minimizar riscos de abuso, violência e exploração. Nenhuma foto ou gravação deve ser feita das crianças ou publicada.

RESPONSÁVEL

As crianças devem receber retorno sobre como suas contribuições influenciaram decisões e ações. Devem receber respostas honestas, apropriadas e transparentes. Mecanismos para as devolutivas devem ser incluídos em todos os processos, em formatos acessíveis às crianças em diferentes faixas etárias.



PARA SABER MAIS



Conheça metodologias de participação infantil no guia “Escuta como ato de participação política”, do CECIP e da Urban95.

Princípios do Unicef para atuação com crianças em ações humanitárias

O Unicef acrescenta aos princípios humanitários outros específicos para a atuação com crianças. São eles:

O MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA

Se um marco normativo permite mais de uma interpretação, deve-se escolher a que **atenda ao interesse da criança de forma mais efetiva.**

NÃO DISCRIMINAÇÃO

Crises humanitárias podem ampliar desigualdades e marginalizar quem já está em risco de discriminação. É necessário **identificar, monitorar e enfrentar padrões de discriminação** e dinâmicas de poder que afetem as crianças.

PARTICIPAÇÃO INFANTIL

As crianças devem ser ouvidas e apoiadas para expressar suas opiniões livremente e com segurança, e para participar das decisões que lhes afetam. Crianças de diferentes idades e habilidades devem participar em todas as fases de intervenção em situações de risco e em desastres climáticos.

SAÚDE MENTAL E APOIO PSICOSSOCIAL

As necessidades de saúde mental e apoio psicossocial de crianças, adolescentes e seus cuidadores, causadas pelo desastre ou anteriores a ele, devem ser identificadas e atendidas – sempre com abordagem humanizada e com confidencialidade. Crianças que precisam de atendimento especializado devem ser encaminhadas e acompanhadas nos serviços adequados.

Em relação à primeira infância, há três princípios adicionais:

BEBÊS E CRIANÇAS SÃO SUJEITOS INTEGRAIS DE DIREITOS

Eles **sentem, percebem e elaboram as experiências vividas de forma diferente das pessoas adultas.** Em situações de desastre e emergência, suas necessidades serão diferentes. Para a garantia de seus direitos, essas necessidades devem ser consideradas e atendidas, incluindo aspectos emocionais e sociais.

O BRINCAR É ESSENCIAL

O brincar é fundamental para que as crianças expressem o que estão vivendo e elaborem a experiência. Em todas as fases da gestão das emergências, desde a preparação até a recuperação, **a necessidade de brincar precisa ser levada a sério e priorizada.**

CUIDAR DAS CRIANÇAS PEQUENAS SIGNIFICA CUIDAR DE SEUS CUIDADORES

Em contextos de vulnerabilidade ou abrigo, **oferecer apoio físico e emocional aos cuidadores** – como momentos de descanso, escuta, orientação e fortalecimento de vínculos – é uma forma de proteger as crianças, garantindo vínculos seguros e o bem-estar infantil. Esse cuidado envolve atenção às gestantes, às mães na fase de amamentação e durante os primeiros anos da criança.

PARA SABER MAIS



Acesse os “Compromissos fundamentais para as crianças na ação humanitária”.



O que não esquecer

- [] Estabelecer código de conduta para colaboradores e voluntários, considerando os princípios de atuação humanitária e de atenção à primeira infância em todas as fases da emergência.
- [] Realizar treinamento sobre a primeira infância com os profissionais que atuam nas situações de risco e em desastres climáticos, tendo em vista as necessidades específicas dessas etapas da vida e a prioridade absoluta das infâncias.
- [] Fornecer treinamento para servidores públicos de outras áreas e voluntários que são comumente convocados a atuar em situações de risco e em desastres climáticos.
- [] Garantir que as crianças estejam incluídas nas fases de prevenção, preparação, resposta e recuperação.
- [] Criar oportunidades para que as crianças tenham garantido o seu direito de brincar em todas as fases da intervenção, especialmente durante a estadia em abrigos emergenciais e no retorno para casa.
- [] Possibilitar a continuidade da frequência à escola, mesmo se estiverem em abrigos emergenciais, se a escola não foi afetada. Caso a escola tenha sido afetada, o retorno escolar deve ser o mais breve possível.
- [] Priorizar o cuidado em saúde mental e apoio psicossocial, para que as crianças sejam capazes de expressar e elaborar demandas emocionais.
- [] Disponibilizar materiais informativos ilustrados e acessíveis para crianças de 3 a 6 anos e de 7 a 12 anos. Os materiais devem conter mapas de risco, rotas de fuga e pontos de encontro seguros em cada comunidade.
- [] Incluir as crianças da primeira infância em ações socioeducativas promovidas nas escolas, creches, equipamentos comunitários e nos simulados de evacuação realizados pela Secretaria Executiva de Defesa Civil (SEDEC).
- [] Disponibilizar atendimento e apoio psicossocial aos cuidadores, incluindo espaços de escuta qualificada, acolhimento emocional e orientação prática para manejo do estresse, fortalecendo sua capacidade de oferecer cuidados sensíveis e seguros às crianças.





Capítulo 2

O que fazer antes:

prevenção e preparação

As ações de prevenção e de preparação para riscos e desastres climáticos têm como objetivo reduzir ameaças, proteger vidas e fortalecer a capacidade das comunidades de reagir com segurança antes que o desastre aconteça.

No Recife, os desastres podem ser recorrentes e atingir as mesmas comunidades várias vezes ao longo do ano. Por isso, essas iniciativas não podem ser pontuais: devem ocorrer de forma permanente.

Nesta etapa, é fundamental identificar riscos do território, planejar rotas de evacuação, definir abrigos, orientar a população e criar mecanismos que promovam proteção contínua.

Este capítulo apresenta três pontos essenciais para a atuação com as infâncias antes que o desastre aconteça:

- 1.** comunicação e engajamento,
- 2.** planos de contingência e planos de ação comunitários e
- 3.** a escola como espaço de preparação e resiliência.

Juntos, eles contribuem para que as crianças compreendam o ambiente onde vivem, desenvolvam autonomia e confiança, e estejam protegidas física e emocionalmente diante dos riscos e desastres climáticos.

Comunicação e engajamento: informar e ouvir as crianças

As ações de prevenção e de preparação para situações de risco e desastres climáticos precisam incluir as infâncias e sua diversidade. **Em todas as ações, é necessário garantir que as crianças entendam o que está acontecendo** ao seu redor, tenham informações sobre o território em que vivem, saibam como se proteger e possam expressar suas dúvidas, sentimentos e ideias.

Como integrar as crianças nas ações de prevenção e de preparação para situações de risco e desastres climáticos



MATERIAIS ILUSTRADOS

Produzir materiais lúdicos sobre o que são desastres, o que fazer em caso de risco e onde buscar ajuda. Investir em diferentes meios e linguagens garante que a mensagem chegue de forma mais eficaz e em diferentes públicos. Valem **cartazes, livretos, jogos, vídeos** etc.

RODAS DE CONVERSA E DRAMATIZAÇÕES

Envolver educadores, agentes de saúde e agentes da defesa civil para explicar de forma leve às crianças o que significa “chuva forte”, “alagamento”, “abrigo” ou “estar seguro”. As conversas podem acontecer depois de contação de histórias e dramatizações.

Para isso, as ações devem contar com uma **comunicação em linguagem acessível, sempre adaptada à idade e ao contexto cultural das crianças**.

As estratégias de engajamento e de comunicação devem ser reforçadas de forma periódica nos territórios de risco.

ATIVIDADES ESCOLARES INTEGRADAS

A escola pode ser um espaço seguro para o debate e a comunicação sobre riscos e desastres climáticos. Vale incluir ações com **desenhos, maquetes, experimentos e brincadeiras que abordem os temas de meio ambiente**, clima e solidariedade entre a comunidade.

MOMENTOS DE ESCUTA ATIVA

Garantir espaços seguros, onde as crianças possam expressar medos, dúvidas e sugestões sobre como se proteger e ajudar outras pessoas.

MENSAGENS EM LINGUAGEM SIMPLES

Recursos visuais e sonoros podem ser difundidos por **rádios comunitárias, carros de som, WhatsApp** ou outros meios acessíveis às crianças.

PARTICIPAÇÃO NOS PLANOS DE CONTINGÊNCIA

Garantir tempo, convites específicos e metodologia adequada nos **encontros participativos para ouvir as crianças em diferentes faixas etárias**. Também incluir gestantes, puérperas e cuidadores de crianças na primeira infância.

Estratégias para ouvir as crianças

- Realizar encontros específicos, com divisão por faixa etária – 3 a 5 anos, 6 a 8 anos, 9 a 12 anos – e metodologia adequada para cada faixa.
- Organizar sessões de escuta com cuidadores de bebês e crianças de até três anos. É importante oferecer espaços confortáveis, onde os bebês possam estar e com profissionais de apoio para os bebês.
- As metodologias devem dialogar com o universo infantil, envolvendo jogos, brincadeiras, desenhos, rodas de conversa, dramatizações, passeios guiados, música, pintura etc.
- Seguir os princípios de participação das crianças (página 16), garantindo sua proteção, a compreensão das atividades em que irão participar e o direito à não participação.

Atenção ao aspecto emocional e simbólico

- Falar sobre riscos e desastres com crianças exige **cuidado e sensibilidade**.
- A comunicação deve **proteger e não produzir medo**.
- **Evitar explicações alarmistas** ou que gerem culpa.
- **Valorizar a solidariedade**, o cuidado mútuo e a confiança nos adultos.
- **Utilizar brincadeiras**, desenhos e faz de conta para ajudar as crianças a elaborar sentimentos e compreender o que acontece no território.

PARA SABER MAIS



O guia “Escuta como ato de participação política”, do CECIP e da Urban95, oferece sugestões de atividades com crianças em processos participativos.

Essas atividades podem ser adaptadas ao contexto, auxiliando na construção de uma metodologia de escuta das crianças sobre riscos e desastres climáticos.



- **Acolher reações emocionais** com escuta, paciência e empatia.

Quando as crianças se sentem informadas, seguras e ouvidas, elas se engajam de forma ativa na proteção de si e da comunidade, tornando-se parte da solução.

Planos de contingência e Planos de ação comunitários

Planos de contingência são documentos que reúnem as estratégias e protocolos que devem ser seguidos antes, durante e depois de um desastre ou de uma emergência. Devem ser elaborados pelo poder público com a participação da população e orientar as ações de cada órgão e secretaria nas situações de riscos e desastres.

Planos de ação comunitários, por sua vez, são planos específicos para cada comunidade que vive em território de risco. Eles devem ser construídos em conjunto com cada comunidade, contendo informações e orientações acessíveis a todos os moradores.

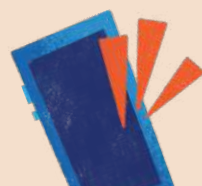
Os planos de ação comunitários devem conter:

- O que fazer e como se proteger.
- As respostas do município diante dos riscos e desastres climáticos naquele local.
- Ações da comunidade.
- Serviços que serão oferecidos.
- Principais rotas de evacuação em caso de desastre.
- Quais são e onde estão os locais de abrigo.
- Onde e como a comunidade pode ter maiores informações e conseguir ajuda.
- Ações prioritárias para proteger vidas e reduzir danos.

Após finalizados, os Planos de ação comunitários devem ser compartilhados com as comunidades em áreas de risco, por meio de comunicação simples e acessível, para que todos estejam informados sobre o que devem fazer e o que esperar do poder público em caso de desastres na área em que moram.



Acesse o “Plano de Contingência do Recife de 2025”.



Participação nos planos de contingência

A participação popular é essencial para que os planos de contingência levem em conta as necessidades dos moradores e reflitam a realidade e as percepções de quem conhece o território e pode indicar riscos e potenciais de proteção.

Durante a fase de escuta comunitária, **deve-se garantir a participação das crianças, promovendo encontros específicos para ouvi-las, considerar seus desafios e sugestões de enfrentamento.**

Além disso, é fundamental ouvir gestantes, puérperas e cuidadores de crianças na primeira infância, trazendo seu olhar sobre quais dificuldades enfrentam durante situações de risco e desastres.



Plano de contingência escolar

A Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul (SEDUC/RS), com o apoio do Instituto Alana e assessoria técnica do Vozes da Educação, desenvolveu um guia para elaboração de **Planos de Contingência Escolares para Eventos Climáticos (Plancon)**. São medidas que devem ser construídas pela escola e para a escola, com objetivo de **proteger a comunidade escolar e garantir a continuidade educacional**, com ações de prevenção e resposta em situações de risco ou emergência.

A elaboração do Plancon Escolar começa com a criação de um comitê escolar e com o reconhecimento dos riscos aos quais a escola está exposta.



PARA SABER MAIS



Acesse o “Guia para elaboração de Planos de Contingência Escolares para Eventos Climáticos (Plancon Escolar)”.



A escola como espaço de preparação e resiliência



As escolas têm um papel estratégico na redução de riscos e no fortalecimento das comunidades. São espaços onde crianças e famílias encontram informação confiável, apoio emocional e oportunidades de aprendizagem para lidar com emergências

e desastres climáticos. Para que esse papel seja efetivo, é fundamental que a prevenção e a preparação para desastres estejam integradas ao currículo escolar e incorporadas às práticas pedagógicas cotidianas.

Incentivo a projetos sobre emergência climática



Pode ser uma boa ideia iniciar na cidade premiações para escolas e professores que implementem projetos voltados à prevenção, preparação e resposta a emergências climáticas com os estudantes. As premiações podem ser anuais e classificadas por faixa etária (creche, pré-escola, anos iniciais, anos finais).

O que não esquecer

- [] Garantir que os planos de contingência municipais contemplem estratégias de engajamento infantil e familiar, incluindo bebês, gestantes, puérperas e cuidadores de crianças na primeira infância.
- [] Integrar as escolas nas ações de prevenção e nos planos de contingência.
- [] Elaborar Planos de ação comunitários em cada território que enfrenta risco climático, garantido a participação da comunidade, sem esquecer das crianças.
- [] Garantir que as crianças compreendam onde ficam os abrigos, quem as receberá e como chegar lá.
- [] Promover visitas guiadas e simuladas aos espaços de abrigo e segurança, com explicações adaptadas.
- [] Consultar cuidadores de crianças na primeira infância e gestantes sobre como tornar os espaços mais acolhedores e inclusivos.
- [] Assegurar que as comunicações de alerta sejam adaptadas a crianças – por exemplo, com sinais sonoros reconhecíveis ou com mensagens simples e ilustradas.
- [] Facilitar o transporte de pertences das famílias a serem afetadas para locais seguros.
- [] Integrar educadores, agentes comunitários, equipes do SUAS, defesa civil e saúde nas ações de prevenção e preparação voltadas à infância.
- [] Assegurar a participação de profissionais da primeira infância (educação, saúde e assistência) na elaboração dos planos de ação comunitários com a comunidade, para que contemplem as necessidades específicas de cada etapa do desenvolvimento infantil.
- [] Manter parcerias contínuas entre defesa civil, educação, cultura e assistência social para que a prevenção faça parte da rotina das escolas e comunidades.
- [] Preparar as equipes para utilizar metodologias lúdicas e inclusivas que respeitem as diferentes faixas etárias, gêneros e culturas.
- [] Reforçar e ampliar as turmas do NUPDEC Mulher e Nupdequinho (Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil), garantindo que mais crianças em áreas de risco aprendam, de forma lúdica, como agir em emergências, ajudando-as a compreender o ambiente em que vivem e desenvolver resiliência.

Capítulo 3

O que fazer durante: cuidando da primeira infância nos abrigos emergenciais

Abrigos emergenciais são estruturas temporárias criadas para garantir proteção e atendimento imediato às pessoas afetadas por desastres e emergências. Esses espaços devem assegurar condições básicas de segurança, higiene, organização e convivência, contribuindo para a preservação da vida e para a recuperação das famílias.

A localização, o entorno, a infraestrutura, o modelo de gestão, os serviços ofertados, a alimentação e as práticas de comunicação influenciam diretamente a saúde física e emocional das pessoas acolhidas, especialmente de bebês e crianças pequenas.

Embora sejam destinados a uma permanência curta, os abrigos precisam promover um ambiente que preserve a dignidade, reduza danos e fortaleça a autonomia das famílias, evitando a exposição a novas vulnerabilidades, violências e violações de direitos.

Este capítulo apresenta **nove pilares essenciais para a gestão de abrigos emergenciais com enfoque na proteção à primeira infância**, trazendo orientações gerais e recomendações específicas para garantir cuidado e oportunidades de desenvolvimento mesmo em situações adversas.

Pilar 1:

Ambientes seguros e inclusivos

A estrutura física do abrigo desempenha um papel central na proteção, segurança, privacidade e dignidade das pessoas acolhidas, além de favorecer a organização, a prestação de serviços essenciais e a participação comunitária. Mesmo sendo soluções de caráter emergencial e temporário, os abrigos devem ser planejados de modo a não ampliar vulnerabilidades nem expor famílias a novos riscos ou violações.

Um passo essencial no planejamento é **conhecer previamente o perfil da população em áreas de risco, considerando quem pode demandar acolhimento em casos de desastres**. Essas informações permitem estimar

número de famílias, quantidade de crianças, presença de gestantes, pessoas idosas ou com deficiência e demais necessidades específicas – orientando a criação de espaços mais acessíveis, seguros e funcionais para todos.

Neste pilar, serão trabalhados os espaços essenciais a serem considerados na estrutura de um abrigo emergencial, o que são e como podem ser instalados os espaços seguros à primeira infância, além de orientações básicas sobre gestão da água e saneamento.

A tabela a seguir traz a estrutura necessária para cada tipo de abrigo. Veja as definições de abrigo na página 32.

Recomendação de infraestrutura para abrigos emergenciais, a partir das normas do SUAS e de normativas internacionais			
Estrutura		Abrigos designados para desastres e emergências	Abrigos temporários
Equipe administrativa	Banheiro administrativo	✓	-
	Copa	✓	-
	Depósitos	✓	✓
	Sala de equipe	✓	-
	Sala de reuniões	✓	-
	Sala de descanso	✓	-
	Sala para atendimento de acolhidos	✓	✓
Acolhidos	Unidade de acolhimento (quartos, casa, salas etc.)	✓	✓
	Banheiros separados por gênero e adaptados para PCD, com sanitários e chuveiros suficientes	1 sanitário e 1 chuveiro para cada 20 pessoas	1 sanitário e 1 chuveiro para cada 50 pessoas

Acolhidos	Cozinha de uso coletivo para pequenos preparos	✓	✓
	Refeitório	✓	✓
	Lavanderia e varais coletivos	✓	✓
	Acessibilidade em todo o abrigo	✓	✓
	Espaços seguros para a infância (brinquedoteca, bebeteca, playground, área de amamentação e apoio aos cuidados do bebê)	✓	✓
	Área de convivência / recreação / reuniões comunitárias / atividades em grupo	✓	✓
	Espaço para acesso à energia elétrica (tomadas)	✓	✓
	Local para guarda de pertences	✓	✓
	Espaço ao ar livre / área verde	✓	✓
	Acesso à internet	✓	✓
	Espaço para isolamento de pessoas com doenças infectocontagiosas	✓	-
	Acomodação de animais domésticos (quando possível)	✓	-
Outros	Portaria / controle de acesso	✓	✓
	Iluminação noturna	✓	✓
	Saídas de emergência	✓	✓
	Extintores de incêndio em acordo com legislação	✓	✓
	Rotas de evacuação, com comunicação visual para crianças	✓	✓
	Boa ventilação	✓	✓
	Sem pontos de acúmulo de água e esgoto	✓	✓
	Muros ou cercas de proteção (em contexto urbano)	✓	✓

Fonte: Elaborada a partir dos documentos: “Tipificação nacional dos serviços socioassistenciais” (MDS, Governo Federal), “Guia para Acolhimento de pessoas refugiadas e migrantes” (ACNUR e Prefeitura de São Paulo), “Minimum Standards for Camp Management” (CCCM Cluster), “Norma humanitária essencial” (Manual Esfera) e “Camp Management Toolkit” (CCCM Cluster).

Estrutura física de abrigos emergenciais

No Recife, parte dos serviços de acolhimento já está estruturada para receber, ao longo do ano, famílias afetadas por situações de risco e desastres recorrentes. Além disso, o plano de contingência municipal define locais previamente identificados e aprovados para ampliação da capacidade de acolhimento, quando o impacto das chuvas ultrapassa a estrutura existente – entre esses espaços estão escolas, equipamentos públicos, igrejas e associações comunitárias.

Ao selecionar o local e o espaço para instalar abrigos emergenciais, é preciso considerar:

- Que estejam fora de áreas de risco imediato de enchentes ou deslizamentos, e distantes de áreas com risco químico ou industrial.
- A disponibilidade e acesso a serviços de saúde, educação e assistência social.
- A segurança do espaço e do entorno.
- O acesso a áreas de lazer e a espaços comunitários.
- A infraestrutura oferecida, se é adequada à presença e acessibilidade dos acolhidos.



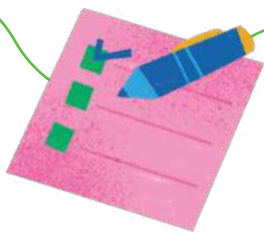
Abrigos – definições

Esta cartilha adota as seguintes definições:

- **Abrigos designados:**
Estruturas permanentes do poder público já preparadas para acolher famílias afetadas por desastres.
- **Abrigos temporários:**
Espaços ativados exclusivamente durante emergências para garantia de proteção imediata.
- **Abrigos emergenciais:**
O conjunto de abrigos designados e abrigos temporários.

Ao designar espaços com outros usos como **abrigo temporário** no estágio de alerta, recomenda-se priorizar **locais que facilitem a acomodação de famílias em ambientes que ofereçam privacidade**, como diferentes salas, quartos etc.

Os **abrigos emergenciais podem passar por melhorias a partir da participação ativa dos acolhidos**, especialmente crianças, gestantes e puérperas – que podem sugerir adaptações e ajustes ao espaço de modo a refletir suas reais necessidades, favorecendo um ambiente seguro, inclusivo e acolhedor.



Estrutura com foco na primeira infância

Para que os abrigos emergenciais se tornem espaços amigáveis à primeira infância e capazes de proteger a integridade física e emocional das crianças, alguns itens são considerados prioritários, enquanto outros são recomendados como complementares.

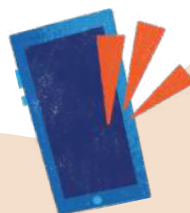
ITENS PRIORITÁRIOS

- [] **Privacidade familiar.** Quanto maior a privacidade, menos expostas as crianças estão a potenciais situações de exploração ou abuso.
- [] **Reunir famílias com crianças.** Evitar alocar famílias com crianças junto com núcleos familiares em que não há crianças, principalmente com homens sozinhos.
- [] **Proximidade com banheiros.** Famílias com bebês e crianças pequenas, ou com mais de uma criança, devem ficar mais próximas aos banheiros.
- [] **Comunicação visual:**
 - [] Identificação visível do nome do equipamento.
 - [] Indicação de entrada.
 - [] Comunicação inclusiva e acessível, com informações em outros idiomas caso haja pessoas não brasileiras acolhidas.
- [] **Sombra/arborização** na área externa ao abrigo, ou proximidade a locais públicos arborizados.

- [] **Controle de acesso.** Ter um ponto principal definido para entrada e saída de pessoas, registro das entradas e saídas e uso de identificação para acolhidos, equipes e voluntários.
- [] **Quadros de avisos com informações sobre:**
 - [] Serviços oferecidos e funcionamento do equipamento.
 - [] Regras de convivência.
 - [] A equipe técnica.
 - [] Horários e rotinas do abrigo.
 - [] Proteção às crianças e medidas que todos podem adotar para diminuir os riscos de violações.
- [] **Acessibilidade.**

ITENS RECOMENDADOS

- [] **Refeitórios e banheiros** com sanitários, mesas e cadeiras com tamanho adequado às crianças.
- [] **Locais de descanso** com mobiliário confortável.
- [] **Fraldário/trocador.**
- [] **Sanitário família.**
- [] Local confortável para **amamentação**.
- [] **Lixeiras** lúdicas e acessíveis.
- [] **Bebedouros** com altura para crianças.
- [] **Pinturas e grafismos** lúdicos no piso e nos muros que possibilitem brincadeiras sem muitos recursos.



PARA SABER MAIS

Baixe o “Checklist: Equipamentos amigos da primeira infância”.

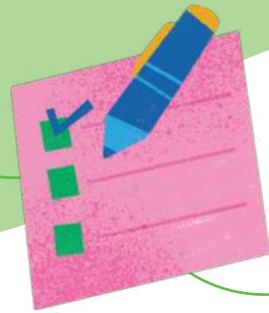


Espaço de amamentação e apoio aos cuidados do bebê

Ter um espaço específico para amamentação e cuidados com o bebê garante privacidade, conforto e condições adequadas para que mães e cuidadores possam amamentar, trocar, acalmar e observar o bebê com tranquilidade. Além de **favorecer o aleitamento materno** e o fortalecimento do **vínculo afetivo**, o espaço contribui para a **higiene e a segurança**, especialmente em contextos coletivos. Também serve como ponto de apoio emocional e informativo, oferecendo às gestantes e mães lactantes um local de descanso, escuta e orientação.

Sua implementação está alinhada às diretrizes do Ministério da Saúde, ao ECA, à Política Nacional de Aleitamento Materno e aos princípios do Unicef e do Comitê Permanente Interagências (IASC), que reconhecem a atenção à mulher e ao bebê como prioridade em situações de risco e desastres climáticos.

O espaço de amamentação pode ser uma sala reservada no abrigo para este propósito ou um espaço separado por estruturas como biombos, desde que ofereça privacidade e segurança.



ORIENTAÇÕES PARA COMPOR O ESPAÇO DE AMAMENTAÇÃO

- [] Cadeiras ou poltronas impermeáveis, confortáveis para amamentação.
- [] Mesa lateral com jarra para água.
- [] Bebedouro, filtro ou jarra de água com copos.
- [] Bancada longa com trocador de bebê.
- [] Fácil acesso a tomadas elétricas.
- [] Pia com sabão e toalhas de papel.
- [] Álcool em gel para limpar a superfície plana.
- [] Micro-ondas.
- [] Pequeno refrigerador para armazenar leite materno.
- [] Lixeira com tampa para o descarte de fraldas usadas.
- [] Bomba elétrica para extração de leite materno e material para a higienização de seus componentes.

Fonte: “Promoção do desenvolvimento integral na primeira infância”, Unicef.



Banheiros próximos a áreas com crianças, boa iluminação e quadros com informações atualizadas são alguns dos itens que não podem faltar em um abrigo emergencial.



SOS

LIXO

LIXO

Espaços de lazer e de brincar

Recomendados por organismos internacionais como o Unicef e o Comitê Permanente Interagências (IASC), espaços de lazer e de brincar promovem o direito de toda criança de brincar, aprender e estar segura, mesmo em meio à crise. Além de ser um direito, o brincar é um recurso de reparação emocional e de desenvolvimento, pois contribui para reduzir o estresse, fortalecer vínculos e restabelecer a sensação de normalidade e segurança. Esses espaços funcionam como estratégia de prevenção de riscos e violências, ao manter as crianças em locais supervisionados e protegidos, permitindo que equipes técnicas identifiquem sinais de vulnerabilidade ou sofrimento.

Os espaços de lazer e de brincar devem ser gerenciados pela equipe do abrigo, com a presença de um colaborador. O ambiente deve promover acolhimento, relaxamento, descanso, tranquilidade, privacidade, segurança e diversão, bem como vivências artístico-culturais que estimulem interações entre pares, empatia, confiança, diálogo e elaboração da experiência individual e coletiva.

As atividades desenvolvidas nesses espaços não substituem a educação infantil, mas complementam o cuidado e o apoio psicossocial às crianças e suas famílias.

ORIENTAÇÕES PARA OS ESPAÇOS DE BRINCAR

- [] Possibilitar a **convivência segura**, privacidade, expressão, diversão e livre exploração do espaço pelas crianças e familiares.
- [] Estar **próximo a banheiros infantis**, com pontos de lavagem das mãos acessíveis.
- [] Ter capacidade para cerca de vinte a trinta crianças.
- [] Incluir **mobiliário lúdico**, com formas e texturas que despertem a curiosidade e a imaginação das crianças.
- [] O mobiliário deve ser resistente, de **cantos arredondados** e de fácil higienização.
- [] Sempre que possível, ter um **pátio externo**, unindo a natureza ao brincar, por meio de hortas educativas e brinquedos naturalizados. O contato com a natureza contribui para o bem-estar físico e emocional.

>> Orientações para a utilização de espaços de brincar e de lazer, ver página **71**.

>> Sugestões de kits para a primeira infância, com lista de materiais para compor os espaços de brincar, ver página **97**.



PARA SABER MAIS



Veja o que são espaços naturalizados no guia “Parques naturalizados: paisagens para o brincar”, do Criança e Natureza.



Confira o guia “Ideias para parquinhos para crianças de 0 a 3 anos”, da Urban95.



O que não esquecer

- [] Levantar dados sobre o perfil da população em áreas de risco. Identificar, entre outros dados, a presença de bebês e crianças. Essa ação apoia a preparação dos abrigos.
- [] Garantir que abrigos emergenciais sejam instalados fora de áreas de risco imediato de enchentes ou deslizamentos, e estejam distantes de áreas com risco químico ou industrial.
- [] Assegurar que os espaços designados como abrigos sejam seguros, com condições de iluminação e com acesso à água potável e à energia elétrica.
- [] Garantir que os abrigos emergenciais estejam em território com disponibilidade e acesso a serviços de saúde, educação e assistência social, com segurança no entorno e com acesso a áreas de lazer.
- [] Criar oportunidades para que as pessoas em maior vulnerabilidade expressem suas necessidades no acolhimento e defender que essas necessidades sejam consideradas na concepção, na manutenção e nas melhorias da estrutura física.
- [] Disponibilizar uma estrutura que garanta dignidade durante o acolhimento, com espaços separados por gênero ou grupo familiar, banheiros com sanitários e chuveiros suficientes, área de convivência, sala para atendimento dos acolhidos, espaço para o brincar das crianças e área verde.
- [] Garantir a manutenção de todas as instalações, sensibilizando para o cuidado por parte da equipe e dos acolhidos.
- [] Ampliar e qualificar as áreas verdes no abrigo para que incentivem a presença das crianças, o contato com a natureza e o brincar de forma segura.
- [] Instalar um espaço seguro para a amamentação e apoio aos cuidados do bebê.



Espaço ↑
mentação

Espaço de
brincar

Os abrigos emergenciais precisam oferecer espaços adequados e oportunidades para as crianças brincarem, incluindo locais seguros para o brincar livre e para as atividades dirigidas.

TOLERÂNCIA
ZERO
PARA VIOLÊNCIA



Água, saneamento e higiene nos abrigos emergenciais

Garantir **abastecimento de água potável, instalações sanitárias adequadas** e condições básicas de higiene é fundamental para preservar a saúde, a dignidade e o bem-estar das pessoas acolhidas, reduzindo o risco de doenças transmissíveis.

Em situações de desastre, aumenta significativamente a vulnerabilidade a enfermidades relacionadas à água

contaminada, ao manejo inadequado de resíduos e à precariedade da higiene. Por isso, as ações envolvendo água e saneamento devem ser prioritárias desde os primeiros dias de ativação do abrigo.

Bebês, crianças pequenas e gestantes demandam atenção redobrada, pois são um grupo com grande risco de desidratação e complicações de saúde.



Higiene como prática coletiva

A promoção da higiene no abrigo deve ser uma prática coletiva, que envolva as famílias acolhidas e a equipe de gestão.

Segundo a “Norma humanitária essencial”, do Manual Esfera (página 13), **promover a higiene é combinar o conhecimento e os recursos da população com os meios da gestão municipal para evitar comportamentos de risco.** Para isso, podem ser promovidas ações como:

- Rodas de conversa, grupos focais e campanhas educativas.
- Cartazes, sinalizações e murais ilustrados.
- Teatro, músicas e jogos para crianças.
- Rádios ou alto-falantes comunitários para mensagens informativas.
- Atividades coletivas de limpeza e manutenção, reforçando o senso de cuidado e pertencimento.

Recomendações

GARANTIR O FORNECIMENTO CONTÍNUO DE ÁGUA POTÁVEL

- Em quantidade suficiente para beber, cozinhar, higienizar-se e realizar atividades domésticas básicas.
- Instalar bebedouros em locais seguros e de fácil alcance, inclusive à noite.
- Manter filtros e reservatórios limpos e higienizados.

DISPONIBILIZAR INSTALAÇÕES SANITÁRIAS ADEQUADAS, ACESSÍVEIS E SEGURAS

- Com separação por gênero e sinalização clara.
- Os banheiros devem estar bem iluminados, possuir tranças internas e garantir segurança para mulheres e crianças.
- Em locais sem rede de esgoto, adotar alternativas seguras de descarte de dejetos, com apoio de órgãos competentes.

GERENCIAR ADEQUADAMENTE O LIXO E OS RESÍDUOS

- Destinar o lixo a locais apropriados e de acesso restrito, evitando acúmulo, presença de animais e proliferação de vetores.
- Estimular práticas de separação e descarte correto, com envolvimento dos acolhidos nas ações de limpeza e manutenção.

Ações com foco na primeira infância

Os bebês e as crianças pequenas são mais suscetíveis a infecções, desidratação e irritações de pele. Por isso, é fundamental:

- Garantir **água potável** e segura para o preparo de mamadeiras e alimentos infantis.



ASSEGURAR PRÁTICAS ADEQUADAS DE HIGIENE PESSOAL E COLETIVA

- Garantir o fornecimento regular de itens de higiene pessoal (sabão, escova e pasta de dentes, absorventes, fraldas, papel higiênico etc.), priorizando famílias com bebês e crianças pequenas.
- Promover rotinas de limpeza diária de banheiros e áreas comuns.
- Em situações de escassez de água, priorizar grupos mais vulneráveis, como gestantes, lactantes, bebês, crianças pequenas, pessoas com deficiência e idosas.

CONTROLAR VETORES E PREVENIR DOENÇAS ENDÊMICAS

- Implementar ações contínuas contra mosquitos e outros transmissores de doenças como dengue, zika, chikungunya e febre amarela.
- Promover campanhas educativas com cartazes, conversas, vídeos e atividades lúdicas, adaptadas à realidade local.

Fonte: "Norma humanitária essencial", do Manual Esfera.

- Manter **ambientes limpos e arejados**, livres de lixo e insetos.
- Disponibilizar **espaços apropriados para troca e higiene de bebês**, com água corrente e superfícies laváveis.
- Sensibilizar famílias e cuidadores sobre **hábitos de higiene adequados** a cada faixa etária, reforçando o papel do adulto na prevenção de doenças.

O que não esquecer

FORNECIMENTO DE ÁGUA

- [] Água potável disponível para beber, cozinhar e se higienizar.
- [] Bebedouros e reservatórios limpos e localizados em áreas seguras e acessíveis, inclusive à noite.
- [] Filtros higienizados ou trocados conforme recomendação técnica.
- [] Água suficiente para higiene pessoal, lavagem de mãos e limpeza de ambientes.

INSTALAÇÕES SANITÁRIAS

- [] Banheiros separados por gênero, bem iluminados e com trancas internas.
- [] Instalações acessíveis a pessoas com deficiência, idosas e a famílias com crianças pequenas.
- [] Privacidade e segurança para mulheres e crianças, inclusive no período noturno.
- [] Banheiros e chuveiros higienizados diariamente com produtos adequados.

ITENS DE HIGIENE PESSOAL

- [] Entregar a todas as famílias kits de higiene completos (sabonete, escova e pasta de dentes, papel higiênico, absorventes, fraldas etc.).
- [] Ter reposição regular desses itens conforme a demanda.
- [] Em caso de escassez de água, dar prioridade ao atendimento de bebês, gestantes, lactantes, pessoas com deficiência e idosas.

GESTÃO DE RESÍDUOS E LIMPEZA

- [] Armazenar e descartar corretamente o lixo, evitando acúmulo.

- [] Ter local apropriado para resíduos, sem possibilidade de acesso de crianças e animais.
- [] Estimular mutirões com as famílias acolhidas ou atividades coletivas de limpeza.
- [] Sinalizar e identificar os recipientes para diferentes tipos de resíduos (orgânico, reciclável etc.).

CONTROLE DE VETORES E DOENÇAS

- [] Garantir que o abrigo esteja livre de criadouros de mosquitos e de áreas com acúmulo de água parada.
- [] Realizar ações educativas sobre prevenção de dengue, zika e chikungunya.
- [] Limpar e inspecionar regularmente as áreas externas e internas.

CUIDADOS ESPECÍFICOS PARA BEBÊS E CRIANÇAS

- [] Garantir espaço adequado para troca e higiene de bebês, com água corrente e superfície lavável.
- [] Disponibilizar água segura e filtrada para preparo de mamadeiras e alimentos infantis.
- [] Assegurar que os brinquedos e objetos infantis sejam laváveis e mantidos limpos regularmente.
- [] Orientar as famílias sobre higiene infantil e prevenção de doenças.

PROMOÇÃO DA HIGIENE E ENGAJAMENTO COMUNITÁRIO

- [] Realizar campanhas educativas ou rodas de conversa sobre higiene e saúde.
- [] Ter cartazes, sinalizações e murais informativos em locais visíveis.
- [] Tratar o tema da higiene de forma culturalmente sensível e participativa.



Pilar 2: Abrindo as portas do acolhimento

O momento da acolhida é um dos mais sensíveis no processo de abrigamento e requer uma atuação organizada, empática e atenta às necessidades de cada pessoa e família.

A acolhida inicial deve garantir um ambiente de segurança, respeito e

escuta ativa, promovendo um primeiro contato humanizado entre as equipes e os acolhidos.

O cadastramento adequado assegura o acesso a serviços, o monitoramento das condições de cada núcleo familiar e a gestão eficiente do abrigo.

Recepção inicial

A acolhida inicial é o primeiro contato entre as equipes e as pessoas que chegam ao abrigo, e deve ser conduzida com **empatia, respeito e escuta atenta**. É nessa etapa que começa a construção de um ambiente de confiança e proteção.

Ao receber uma nova família, é essencial **identificar as necessidades imediatas** – frio, fome, sede, troca de roupas, cuidados de saúde, medicamentos e itens de higiene pessoal – e atender prontamente a essas demandas, **sem condicionar o apoio à conclusão do cadastramento ou a outros procedimentos administrativos**.

PROTOCOLO DE RECEPÇÃO HUMANIZADA

- [] Repassar **informações sobre o abrigamento**, em sessão coletiva e/ou individualizada, abordando:
 - Os direitos e deveres no local.
 - Quanto tempo é possível ficar e em quais condições.
 - Quem são as pessoas a quem solicitar ajuda e apoio para si ou suas crianças.
 - Quais são os próximos passos na resposta à emergência.

- [] Apresentar **a equipe**, suas funções e áreas de atuação na gestão.
- [] Apresentar **os serviços** disponíveis no abrigo.
- [] **Identificar pessoas com vulnerabilidades** e quais suas necessidades específicas.
- [] Explicar e entregar **o regimento interno ou conjunto de regras do abrigo**, com comunicação visual apropriada e de simples compreensão.
- [] Apresentar, de forma acessível, o **contrato de convivência coletiva do abrigo**, com aceite por escrito, se possível, do conjunto de regras.
- [] **Entregar itens não alimentares** essenciais, como produtos de higiene, enxoval etc.
- [] **Estimular rituais de recepção** que acolham e integrem os novos grupos à convivência dos núcleos familiares que já estão no abrigo.
- [] **Estimular a criação de comitês ou coletivos** compostos pelos acolhidos, que podem, por exemplo, apoiar na recepção de novas famílias. Há mais detalhes sobre a criação de coletivos na página **64**.

Recepção inicial com foco na primeira infância

É preciso garantir que bebês e crianças pequenas sejam acolhidos com tranquilidade, junto de seus cuidadores, em ambientes calmos e protegidos, minimizando o impacto emocional. As seguintes ações podem ser direcionadas às famílias com crianças na primeira infância:

- [] Apresentar a equipe do abrigo e **indicar a pessoa a quem podem recorrer caso necessitem de ajuda** ou sofram algum tipo de violência.
- [] Apresentar os espaços do abrigo, especialmente o **espaço de amamentação e o de brincar**, e as regras específicas dos espaços.
- [] Informar **quais são os espaços não recomendados para o acesso de crianças** (como cozinha e outros).
- [] **Orientar as crianças a não andarem sozinhas** pelo abrigo e a sempre utilizarem o banheiro na companhia de seu cuidador ou outro adulto de confiança.
- [] Informar sobre **como podem participar na rotina do abrigo** e quais atividades são indicadas para as crianças.
- [] Entregar os itens não alimentares destinados a elas e o **kit de brincar** (ver página [97](#)), com orientação sobre onde e como podem utilizá-lo.
- [] **Tratar as crianças com respeito**, como sujeitos portadores dos mesmos direitos dos adultos.



Cadastramento e proteção de dados



O cadastramento das pessoas acolhidas garante o acesso aos serviços, a gestão eficiente do abrigo e a proteção integral de cada indivíduo e família. Todas as pessoas devem ser registradas, ao serem recepcionadas, de forma empática, sigilosa e humanizada.

Sempre que possível, o cadastramento deve incluir uma entrevista conjunta das equipes de saúde e assistência social, para identificar vulnerabilidades e necessidades imediatas. A estratégia de cadastramento deve evitar múltiplas e sucessivas coletas de informações das famílias – evitando exaustão e confusão sobre os objetivos dos registros.

O registro de informações tem por finalidade:

- **Identificar e quantificar** as pessoas acolhidas e a composição dos núcleos familiares.
- **Reconhecer necessidades específicas** (como gestantes, lactantes, pessoas com deficiência, crianças pequenas, idosos desacompanhados, pessoas com doenças crônicas, refugiados e migrantes, indígenas, LGBTQIAPN+ etc.).
- Facilitar o **planejamento** da acomodação e a **distribuição de suprimentos** como água, alimentos, kits de higiene, kits específicos para crianças e colchões.
- **Apoiar a retomada de rotinas** (trabalho, estudo, convivência comunitária).
- **Garantir atenção adequada a crianças** com problemas de saúde e/ou fora da escola.
- **Favorecer o acompanhamento das famílias com crianças na primeira infância**, permitindo ações mais sensíveis às suas necessidades.

Em situações de chegada em massa, o cadastro inicial pode ser simplificado, com coleta apenas das informações essenciais (nome, composição familiar, contatos e necessidades urgentes). Informações mais detalhadas podem ser completadas quando o fluxo de entrada estiver estabilizado.

Recomenda-se que as crianças acolhidas utilizem pulseiras de identificação contendo nome, nome dos responsáveis, contato e nome do abrigo.

Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)

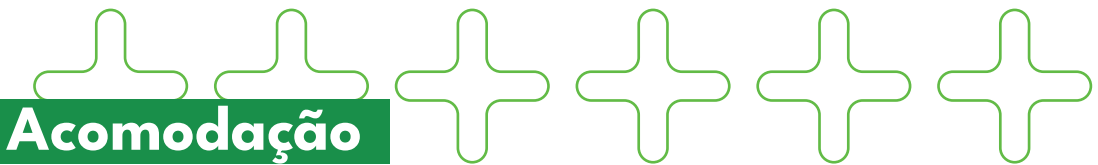
Os dados coletados devem ser utilizados exclusivamente para fins de proteção, atendimento e gestão humanitária, sendo vedado seu uso para qualquer outro propósito.

O sistema deve ser gerido por funcionário público, evitando que seja acessado por pessoas voluntárias não vinculadas a instituições públicas.

A equipe responsável pelo cadastramento deve ser orientada sobre o sigilo das informações e o compartilhamento apenas com órgãos e profissionais diretamente envolvidos no atendimento.

A gestão de dados deve respeitar os princípios da LGPD, garantindo que:

- As informações sejam coletadas apenas para finalidades específicas e legítimas.
- Dados sensíveis sejam protegidos por senhas, acessos restritos e armazenamento seguro.
- Documentos confidenciais sejam mantidos em locais trancados e claramente identificados.
- Informações confidenciais sejam anonimizadas ou removidas, quando necessário.
- O consentimento dos acolhidos seja solicitado e informado, de forma clara e acessível.
- **Dados de crianças na primeira infância devem receber atenção redobrada, com coleta mínima e acompanhamento de um responsável legal.**



Quando o abrigo atender públicos diversos, **é fundamental organizar o acolhimento de forma setorizada, considerando as especificidades identificadas no cadastramento.**

A setorização do abrigo reduz o nível de estresse, previne riscos, protege pessoas vulneráveis e favorece o convívio harmônico, especialmente entre grupos com necessidades distintas.

Quando não houver infraestrutura que permita a delimitação de espaços privativos, podem ser utilizados biombos ou divisórias com portas e travas simples para assegurar privacidade e segurança. A possibilidade de personalizar o espaço com pertences próprios contribui para o acolhimento humanizado e a sensação de estabilidade.

Famílias com bebês e crianças pequenas devem ser acomodadas em locais tranquilos, ventilados e próximos a banheiros e pontos de higiene, facilitando o cuidado diário. A proximidade com espaços de brincar e amamentação também deve ser priorizada.

Garantir ambientes organizados, previsíveis e acolhedores é uma medida de proteção essencial na primeira infância, reduzindo o impacto emocional e promovendo segurança e confiança.

Muitas gestantes e puérperas preferem permanecer próximas de familiares e redes de apoio, enquanto outras optam por espaços exclusivos para a mulheres e crianças. **Sempre que possível, ofereça opções e permita a escolha.**

Como setorizar os grupos para garantir segurança e conforto para a primeira infância



- Mantenha os **membros da mesma família juntos**, especialmente quando houver crianças, pessoas idosas ou com deficiência.
- Acomode **vizinhos e famílias com crianças e adolescentes** em áreas próximas, fortalecendo vínculos comunitários.
- Destine **áreas mais reservadas e silenciosas** para famílias com bebês, pessoas idosas, gestantes e pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA).
- **Priorize áreas no térreo** e próximas aos banheiros e refeitórios para acomodar famílias com crianças pequenas, pessoas idosas ou com deficiência.
- **Acomode homens adultos desacompanhados em setores separados** de mulheres, crianças e famílias.
- **Considere conflitos preexistentes** entre grupos, assegurando o abrigo em locais distintos, priorizando a segurança e o respeito de todos.
- **Observe sinais de resistência** de algum membro da família a permanecer com os demais, pois isso pode indicar situações de vulnerabilidade ou risco de violência. A situação deve ser acompanhada pelas equipes técnicas.
- Os espaços devem ser equipados com:
 - Colchões.
 - Travesseiros.
 - Roupas de cama.
 - Cobertores.
 - Camas e berços.

Fonte: Emergências em Assistência Social: Gestão e Funcionamento dos Abrigos Temporários no SUAS.



PARA SABER MAIS



Para apoiar na construção das regras dos abrigos emergenciais, conheça o documento “Subsídios para apoio à construção de regras de convivência nos alojamentos provisórios”, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social.

O que não esquecer

- [] Incluir as crianças no momento de acolhida, apresentando-lhes o abrigo e os espaços para brincar.
- [] Repassar informações gerais sobre o abrigo para garantir que as pessoas estejam seguras e confiantes sobre sua permanência.
- [] Identificar as crianças com pulseiras contendo nome, nome dos responsáveis, contato e nome do abrigo.
- [] Manter o sistema de abrigo atualizado, informando a chegada e a saída de novas pessoas e atualizando o status de vagas disponíveis.
- [] Ter uma abordagem de coleta e gestão de dados baseada na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), garantindo que tenham acesso a essas informações apenas pessoas com vínculo institucional público.
- [] Determinar quais dados precisam ser coletados no cadastramento e por qual motivo aquela informação é necessária. Devem ser coletadas somente informações que sirvam a um propósito de proteção e que não prejudiquem o informante ou as demais pessoas envolvidas.
- [] Identificar dados que possam ser especialmente sensíveis para garantir procedimentos específicos de coleta e compartilhamento.
- [] Remover ou anonimizar informações sempre que necessário para garantir confidencialidade.
- [] Garantir que os procedimentos adequados sejam implementados para proteger os dados, incluindo salas seguras e trancadas, senhas e restrições de acesso.
- [] Estabelecer e manter um banco de dados dos acolhidos, com recortes pertinentes à resposta de abrigo (gênero, idade, composição do grupo familiar, população LGBTQIAPN+, casos de saúde, primeira infância, gestante, pessoa idosa, com deficiência etc.). Esses dados podem auxiliar na designação da acomodação de cada família.
- [] Setorizar o abrigo, separando famílias com crianças de pessoas sozinhas, especialmente de homens adultos desacompanhados.
- [] Acomodar famílias com bebês e crianças pequenas em locais tranquilos, ventilados, próximos a banheiros e pontos de higiene e dos espaços de brincar e amamentação.



Pilar 3:

Cuidar é proteger e manter seguro



A proteção é o princípio que orienta as ações realizadas em um abrigo emergencial. De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), **proteger significa desenvolver um conjunto articulado de ações voltadas à prevenção, mitigação e enfrentamento de riscos sociais e pessoais**, assegurando os direitos e a dignidade das pessoas acolhidas. No campo humanitário, o conceito se amplia para abranger todas as atividades e **garantir que cada pessoa viva com segurança, respeito e integridade física, emocional e social**.

Nos abrigos emergenciais, a proteção deve permear todas as etapas da gestão – desde o cadastramento e a acomodação até a convivência cotidiana e o monitoramento das condições do espaço. Isso implica criar ambientes seguros, acolhedores e previsíveis, especialmente para crianças na primeira infância.

Garantir proteção para a primeira infância é assegurar cuidados físicos e emocionais, vínculos familiares e oportunidades de brincar e se desenvolver com segurança.

Embora os abrigos sejam concebidos como espaços de proteção, eles também podem se tornar locais de vulnerabilidade, sujeitos a situações de violência, negligência ou a práticas irregulares. Além disso, o entorno físico pode representar riscos à segurança das famílias e das equipes. Por isso, **a prevenção deve ser o eixo central das ações de segurança** – identificando e reduzindo riscos, fortalecendo os vínculos comunitários e promovendo o cuidado mútuo entre os acolhidos.

Prevenção e enfrentamento à violência

Toda forma de violência contra crianças, seja física, psicológica, sexual, negligência ou exploração, constitui uma **violação grave de direitos humanos**. Nos abrigos emergenciais, a prevenção e o enfrentamento desses casos exigem **vigilância constante, preparo técnico das equipes e o compromisso coletivo** com a proteção integral e o cuidado ético.

A Lei nº 13.010/2014, ou Lei Menino Bernardo, alterou o ECA para **proibir o uso de castigos físicos ou tratamentos cruéis e degradantes na educação** e na disciplina de crianças e adolescentes. A lei reforça o dever de todos – famílias, cuidadores, profissionais e Estado – de educar com respeito, escuta e proteção, sem o uso de violência. **Isso significa que nenhuma forma de violência é aceitável como meio de correção ou disciplina. Todas as situações de maus-tratos, negligência ou punição física devem ser imediatamente comunicadas à equipe de gestão e aos órgãos competentes.**

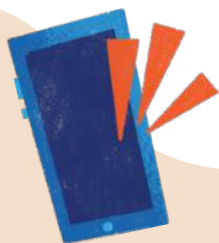
Em contextos de emergência, em que o estresse, a perda de rotinas e o sofrimento

emocional estão presentes, é comum que as tensões familiares aumentem. Por isso, o abrigo deve funcionar como um espaço seguro, onde as famílias recebam acolhimento, orientação e oportunidades de cuidado compartilhado.

Além disso, o abrigo, como espaço coletivo gerido pelo poder público, é uma oportunidade para identificar exploração e violências previamente existentes – esteja sempre atento aos sinais.

FORMAS DE VIOLÊNCIA A SEREM OBSERVADAS PELAS EQUIPES

- **Violência física:** Uso de força que cause dor, lesão ou sofrimento físico.
- **Violência psicológica:** Humilhações, ameaças, rejeição, isolamento ou desvalorização da criança.
- **Negligência:** Omissão de cuidados essenciais, como alimentação, higiene, saúde e afeto.
- **Abuso sexual:** Qualquer ato, tentativa ou aproximação de natureza sexual com crianças, com ou sem uso de força, vantagem ou manipulação.
- **Exploração sexual:** Obter lucro financeiro ou outras formas de compensação por meio do uso da criança em qualquer atividade de cunho sexual.
- **Violência institucional:** Práticas desrespeitosas ou negligentes por parte de profissionais, voluntários ou gestores no ambiente do abrigo.
- **Violência baseada em gênero:** Violência contra mulheres e meninas baseada em seu gênero, perpetuada no contexto familiar ou em uma relação íntima de afeto.



PARA ASSISTIR: CRIA NA PAZ



Assista algumas dicas sobre como educar sem violência e como utilizar brincadeiras nas tarefas do dia a dia com bebês e crianças.

Estratégias de prevenção e enfrentamento à violência e abuso



ORGANIZAÇÃO E AMBIENTE SEGURO

- Promover um **ambiente acolhedor e previsível**, com regras claras de convivência e acompanhamento das interações entre adultos e crianças.
- **Evitar a superlotação e a falta de privacidade**, que aumentam o risco de conflitos e violências.
- Planejar a estrutura física do abrigo com foco na **prevenção da violência**:
 - Separar banheiros por gênero e **garantir iluminação** interna e externa.
 - **Instalar fechaduras** em banheiros e dormitórios.
 - Posicionar banheiros e áreas comuns em **locais de fácil acesso** e com segurança para mulheres e crianças, inclusive à noite.
 - Não alocar **famílias com crianças e adolescentes** junto com grupos de homens sozinhos.
 - **Reservar um espaço seguro** para atendimento de casos de violência.
 - **Isolar áreas sem câmeras** ou onde há pouca visibilidade da equipe e acolhidos, evitando que sejam acessadas principalmente por crianças sozinhas.

IDENTIFICAÇÃO E CONTROLE DE CIRCULAÇÃO

- Manter **listagem atualizada** de todas as crianças e adolescentes.
- **Identificar todas as crianças** com crachás ou pulseiras coloridas, contendo o nome da criança, o nome do responsável e, quando possível, o número de telefone.
- Garantir que crianças e adolescentes estejam sempre **acompanhados de seus pais**, responsáveis ou pessoas designadas, especialmente em banheiros e áreas de uso comum.
- Designar, no mínimo, **um agente de proteção em cada abrigo**, reconhecido e acessível às crianças, responsável por acompanhar seu bem-estar e acionar a rede de proteção em caso de necessidade.
- Manter **controle de entrada e saída**, garantindo que as crianças só saiam em companhia da pessoa responsável.
- **Cadastrar e identificar** com crachás todas as pessoas que atuam no abrigo, inclusive voluntárias, em especial as que atuam no espaço destinado às crianças.
- **Orientar pessoas acolhidas** a denunciar à gestão a presença de pessoas não autorizadas no espaço.
- Organizar escalas de trabalho por turno, **garantindo a continuidade** das mesmas pessoas no atendimento, aumentando o sentimento de segurança das crianças.
- **Restringir a circulação** no espaço infantil, com acesso apenas às crianças, responsáveis, mediadores do brincar e profissionais autorizados.
- Localizar o espaço das crianças em **área de pouca circulação** e longe da entrada principal, reduzindo a exposição a pessoas desconhecidas. O espaço deve sempre ter uma pessoa responsável designada para a vigilância.
- Garantir que, sempre que a criança precisar se ausentar para ir ao banheiro, se alimentar ou realizar outra atividade, a **família seja informada e acompanhe o deslocamento**.

FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS E CULTURA DE PROTEÇÃO

- Conversar com as crianças sobre autoproteção, **orientando-as sobre seus direitos** e sobre o que é apropriado ou inapropriado em termos de toque e comportamento. Encorajá-las a comunicar situações desconfortáveis ou suspeitas imediatamente a um adulto de confiança.
- Criar **espaços de escuta** e convivência que favoreçam o vínculo entre famílias, cuidadores e equipes, reduzindo tensões e fortalecendo o diálogo.
- Organizar **atividades lúdicas e educativas** que reforcem valores de respeito, cuidado mútuo e convivência pacífica.
- Comunicar de forma clara e empática as **medidas de proteção** adotadas e os canais de denúncia disponíveis.
- Garantir o **direito à denúncia e à proteção**, assegurando que todas as suspeitas ou confirmações de violência sejam encaminhadas imediatamente ao Conselho Tutelar, Ministério Público ou demais órgãos da rede de proteção.
- Manter comunicação visual no abrigo sobre **tolerância zero à violência** e com informações dos principais canais de denúncia.

CAPACITAÇÃO E RESPOSTA INSTITUCIONAL

- **Capacitar profissionais** e voluntários para identificar sinais de violência, conhecer os fluxos de notificação e agir com escuta sensível, sigilo e empatia.
- Organizar **oficinas educativas**, com apoio das equipes de saúde e assistência social, sobre prevenção da violência, higiene, convivência e direitos da criança e do adolescente.
- Assegurar que todos os trabalhadores do abrigo, inclusive voluntários, assinem e cumpram o **Código de Ética e Conduta**, reforçando o compromisso com os princípios humanitários e de não causar dano.
- Criar **canais ou plataformas de denúncia**, bem como fluxos e procedimentos específicos em casos identificados nos abrigos emergenciais.

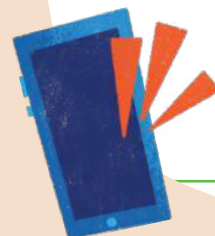
OLHAR ESPECIAL PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA

Bebês e crianças pequenas são especialmente vulneráveis à negligência e à violência, pois dependem inteiramente de adultos para sua segurança e bem-estar. Sua proteção exige monitoramento constante, atenção às interações cotidianas e ambientes que estimulem o afeto, o brincar e o cuidado sensível.

PARA SABER MAIS



Aprofunde-se sobre violência de gênero no “Guia de enfrentamento à violência baseada no gênero no contexto de emergência climática do Rio Grande do Sul”, do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA).



Política de Proteção e Enfrentamento à Exploração e Abuso Sexual (PSEA)



O termo PSEA (em inglês, *Protection of Sexual Exploitation and Abuse*), utilizado pelas Nações Unidas, refere-se ao conjunto de **medidas de prevenção e resposta à exploração e ao abuso sexual praticados por profissionais humanitários contra pessoas assistidas**.

Trata-se de uma política que reconhece a exploração e o abuso como falhas éticas e institucionais graves, comprometendo a proteção das pessoas e a credibilidade de toda a ação humanitária.

A aplicação da política de PSEA baseia-se em três princípios:

- **Tolerância zero** para qualquer forma de exploração, abuso ou relação sexual entre profissionais e pessoas assistidas.
- **Abordagem centrada na vítima**, garantindo acolhimento, escuta segura e encaminhamento para serviços de proteção e saúde.
- **Responsabilidade institucional compartilhada**, envolvendo gestores, equipes técnicas, parceiros e voluntários na prevenção, identificação e denúncia de casos.

Como um dos grupos mais vulneráveis em situações de emergência, as crianças estão sujeitas a passar por exploração e abuso sexual. Por isso, aplicar a PSEA é um compromisso fundamental em todas as fases de intervenção em situações de risco.



Para proteger as crianças da exploração e do abuso sexual nos abrigos emergenciais, recomenda-se:



- **Estabelecer e divulgar um código de ética e conduta** que proíba de forma explícita qualquer relação sexual ou troca de favores entre profissionais (inclusive voluntários) e pessoas acolhidas, especialmente crianças e adolescentes.
- **Capacitar as equipes e voluntários** em princípios humanitários, ética profissional, igualdade de gênero e prevenção de abusos, com treinamento obrigatório sobre PSEA.
- **Criar canais de denúncia seguros, confidenciais e acessíveis**, adequados à idade e ao gênero, nos quais crianças, famílias ou outros acolhidos possam relatar situações de risco sem medo de retaliação.
- **Adotar rigor no recrutamento e monitoramento das equipes**, incluindo checagem de antecedentes e avaliação de conduta ética.
- **Assegurar resposta imediata e centrada na proteção da vítima**, com encaminhamento para serviços de saúde, apoio psicossocial e proteção jurídica, conforme protocolos definidos pela rede de proteção.
- **Promover uma cultura institucional de respeito e cuidado**, em que todos compreendam seu papel na prevenção e denúncia de abusos, e nenhuma forma de violência seja normalizada ou silenciada.
- **Assegurar atenção redobrada à primeira infância**, reconhecendo que bebês e crianças pequenas são extremamente vulneráveis à violência e dependem integralmente dos adultos para receber cuidado e proteção.

Fonte: Orientações elaboradas a partir da política da ONU e do IASC sobre proteção contra a exploração e abuso sexual.

PARA SABER MAIS



Acesse a cartilha “Proteção da exploração e do abuso sexual (PSEA): saiba o que você deve fazer para prevenir e reportar a exploração e o abuso sexual”, do UNFPA.



Assista ao curso “Prevenção da exploração e do abuso sexual (PSEA)”, da ONU.



Conheça o documento “Orientações para a prevenção e o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes em abrigos temporários”, do Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes do Rio Grande do Sul (CEEVSCA/RS).



Sinais de sofrimento da criança

Além do risco de acontecerem violências durante o abrigo, há a possibilidade de violências preexistentes se manifestarem. Os abrigos emergenciais são locais adequados para identificar violações, pois as equipes técnicas estão próximas das famílias. Dessa forma, é central que as equipes estejam atentas para a potencial identificação de violências.

O brincar é também um canal de comunicação, pois permite que a criança revele emoções e vivências por meio de gestos, narrativas, desenhos ou jogos simbólicos. O brincar pode trazer à tona sinais ou relatos de violência física, psicológica, negligência, abuso ou exploração sexual.

Essas manifestações podem ocorrer de forma direta – quando a criança verbaliza situações de medo, dor ou agressão – ou indireta, quando ela reproduz cenas de violência usando brinquedos, bonecos, desenhos ou dramatizações. O modo como brinca, suas reações diante de determinadas pessoas e o tom emocional nas interações são pistas importantes que exigem atenção cuidadosa.

Mudanças bruscas de comportamento também podem indicar sofrimento.

Agressividade repentina, isolamento, medo de certas atividades ou de adultos específicos, regressões no desenvolvimento (como voltar a fazer xixi na roupa), choro excessivo, apatia ou perda de interesse pelo brincar são sinais de alerta que não devem ser ignorados.



A observação atenta é fundamental, sobretudo por parte das equipes e voluntários que convivem diariamente com as crianças nos abrigos. Por isso, é preciso:

- **Observar o comportamento das crianças em diferentes contextos**, considerando a idade, história e temperamento.
- **Garantir uma escuta sensível e empática.**
- **Registrar e comunicar à gestão do abrigo qualquer sinal de sofrimento**, suspeita ou relato de violência.
- **Acionar os fluxos formais de proteção** – Conselho Tutelar, Rede de Assistência Social, Saúde ou Ministério Público, conforme o caso.

Nenhum sinal isolado confirma uma situação de violência, mas a combinação de indícios e mudanças comportamentais deve acionar a atenção e o cuidado da equipe. A escuta deve ser empática, sem julgamentos ou pressão, e o encaminhamento deve seguir os fluxos institucionais de proteção à criança e ao adolescente, sem revitimizar.



Principais sinais de alerta de sofrimento da criança por faixa etária

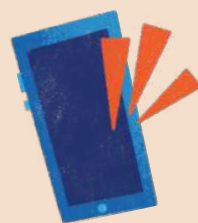
Faixa etária	Possíveis sinais físicos	Sinais comportamentais e emocionais	Durante o brincar
Bebês (0 a 2 anos)	Choro excessivo, irritabilidade constante, alterações no sono e alimentação, atraso no desenvolvimento motor.	Apatia, medo de determinadas pessoas, recusa de contato físico.	Falta de interesse em explorar objetos; tensão corporal ao ser tocada.
Crianças pequenas (2 a 6 anos)	Machucados frequentes sem explicação clara, regressões (como voltar a usar fraldas), distúrbios do sono.	Agressividade repentina, isolamento, medo de ficar sozinha, fala sobre “segredos”.	Brincadeiras que repetem cenas de violência ou sexualidade; uso de falas adultas inadequadas.
Crianças maiores (7 a 12 anos)	Queixas constantes de dor sem causa aparente, queda no desempenho escolar.	Ansiedade, tristeza, autodepreciação, comportamento retraído ou explosivo.	Representações simbólicas de medo, dominação ou abuso em jogos e desenhos.

Fonte: Tabela elaborada a partir das recomendações contidas nos documentos “Orientações para a proteção de crianças e adolescentes em abrigos temporários” e “Orientações para a prevenção e o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes em abrigos temporários”, do CEEVSCA/RS (2024).

Princípios da escuta protegida

- **Acolher sem revitimizar:** Limitar as perguntas ao necessário e respeitar pausas e silêncios.
- **Respeitar a diversidade:** Adaptar a comunicação a crianças com deficiência, de diferentes culturas ou nacionalidades.
- **Informar sempre:** Explicar, de forma compatível com a idade, quais serão os próximos passos.
- **Garantir continuidade:** Manter acompanhamento posterior e oferecer espaços seguros de escuta e expressão.

O papel das equipes e voluntários em abrigos emergenciais não é investigar, mas proteger e encaminhar. A escuta acolhedora e o acionamento imediato da rede de proteção podem interromper ciclos de violência e salvar vidas.



PARA SABER MAIS



Saiba mais no “Guia de escuta especializada: conceitos e procedimentos éticos e protocolares”, do Ministério de Direitos Humanos e da Cidadania.

Ações diante de suspeita ou relato de violência

Toda suspeita, sinal ou relato espontâneo de maus-tratos, abuso físico, psicológico, negligência ou violência sexual devem ser tratados com seriedade, acolhimento e ação imediata, garantindo o direito à escuta protegida. As ações a seguir são essenciais para que isso aconteça:

1. IMPLANTAR MECANISMOS DE DENÚNCIA E ACOMPANHAMENTO

- Estabelecer **canais de denúncia seguros**, acessíveis e confidenciais.
- Designar um(a) **profissional de referência no abrigo**, para receber, acompanhar e monitorar as denúncias.
- Garantir que todos saibam **como e para quem relatar situações** de suspeita de violência, sem medo de retaliação.
- **Capacitar a equipe sobre fluxos de denúncia** e atendimento, assegurando que ninguém negligencie ou oculte casos.
- **Envolver a comunidade**, por meio de rodas e sessões informativas, na prevenção e identificação de riscos e situações de violência.

2. PADRONIZAR OS REGISTROS

- **Registrar a situação em formulário padronizado**, contendo:
 - a) Nome da criança ou adolescente e de seu responsável.
 - b) Dados para contato.
 - c) Relato livre e fiel da situação.
 - d) Encaminhamentos realizados.Evite perguntas invasivas. O objetivo é proteger, não investigar.
- **Criar uma matriz RACI**, definindo qual secretaria e, dentro das secretarias, quem terá as atribuições de:

- Registrar: quem registra.
- Acionar: quem aciona a rede de proteção.
- Conduzir: quem conduz o caso.
- Informar: quem precisa ser informado e quem deve informar.

3. ACOLHER E ENCAMINHAR RELATOS ESPONTÂNEOS

- **Ouvir com atenção e empatia**, para que a criança fale livremente.
- **Não interromper ou duvidar do relato**, pois o acolhimento é mais importante que a precisão imediata.
- **Não fazer perguntas indutivas** nem insistir em detalhes, para não influenciar o relato.
- **Manter tom de voz calmo e ambiente reservado**, com privacidade e conforto.
- **Não prometer sigilo absoluto**, explicando a necessidade de buscar ajuda para protegê-la.
- **Agradecer pela confiança** e reforçar que ela não tem culpa pela violência.
- **Registrar e encaminhar** o caso imediatamente.
- **Evitar comentários ou julgamentos morais** de cunho religioso ou cultural.

4. ENCAMINHAR E ARTICULAR COM A REDE DE PROTEÇÃO

- **Identificar e afastar** o suposto agressor do convívio da criança, informando imediatamente às autoridades.
- **Acionar** a rede de saúde, assistência social e psicossocial para acompanhar a vítima e a família.
- Encaminhar **casos de violência sexual recente (últimas 72 horas)** à rede de saúde local para tratamento profilático e cuidados médicos imediatos.
- **Em casos de risco iminente**, acionar a Polícia Militar (190).

Prevenção de acidentes e segurança física



Na primeira infância, o risco de quedas, engasgos e queimaduras é maior. Os bebês e as crianças pequenas exploram o ambiente com curiosidade e movimento, mas ainda não têm percepção de perigo nem autonomia para se proteger. Cabe às equipes de gestão, aos cuidadores e aos voluntários criar ambientes seguros, acessíveis e supervisionados, onde as crianças possam se desenvolver e brincar sem exposição a riscos.

RECOMENDAÇÕES PARA PREVENIR ACIDENTES COM CRIANÇAS

- Disponibilizar **objetos e brinquedos que não gerem riscos** de sufocamento (engasgo), cortes e quedas, respeitando as especificidades de cada faixa etária.
- Cuidar para que o **rosto dos bebês não fique encoberto** por lençóis e cobertores.
- Evitar o contato das crianças com **peças ou objetos pequenos que possam ser engolidos** ou introduzidos no nariz e nos ouvidos.
- Manter sacos plásticos, cordões e fios **longe do alcance** das crianças.
- **Não utilizar talco** ou outros produtos em pó nas crianças.
- Não deixar **crianças desacompanhadas**, tanto nos momentos de repouso quanto durante as brincadeiras.
- Colocar barreiras, quando necessário, para impedir o acesso das crianças a **locais de risco**, como janelas e escadas.
- **Guardar produtos de limpeza e medicamentos** fora do alcance das crianças.
- **Verificar constantemente ventiladores, tomadas e fios elétricos**, mantendo-os em bom estado e fora do alcance das crianças.



Proteção da imagem e privacidade



Em contextos de vulnerabilidade, desastres ou emergências, a exposição de imagens pode gerar constrangimentos, violar direitos e agravar o sofrimento de famílias já vulnerabilizadas.

Não exponha imagens de crianças e famílias afetadas

As famílias têm direito à privacidade, intimidade e proteção. Vídeos e fotos que as identifiquem durante emergências afetam sua dignidade e ferem o princípio do respeito à infância.

Mesmo que o uso de uma foto seja positivo, ou tenha sido autorizado pelos responsáveis pela criança, essa exposição pode ser inadequada. Deve-se evitar publicar ou compartilhar imagens que identifiquem crianças e adolescentes em abrigos ou situações que possam ser interpretadas como constrangedoras, degradantes ou vexatórias.

QUAIS IMAGENS DAS FAMÍLIAS PODEM SER PUBLICADAS?

Caso se entenda que a divulgação trará benefício para as pessoas acolhidas, direta ou indiretamente, é possível registrar e divulgar imagens de pessoas adultas, desde que o registro seja feito com respeito e autorização formal por

escrito, mediante assinatura de um Termo de Autorização de Uso de Imagem, antes da publicação, com informações sobre como e onde a imagem será utilizada. A autorização deve ser explicitamente mencionada na divulgação.

Lembre-se: em contextos de vulnerabilidade, pessoas adultas podem se sentir pressionadas a autorizar o uso de sua imagem, mesmo quando isso não corresponde plenamente à sua vontade – especialmente quando o pedido parte de alguém cuja função está diretamente relacionada ao provimento de assistência.

QUAIS IMAGENS DE CRIANÇAS PODEM SER PUBLICADAS?

No caso de crianças, o registro deve preservar completamente a identidade. São permitidas apenas imagens de costas, com contraluz, feitas à distância ou sem elementos que permitam reconhecimento, bem como fotos de objetos infantis ou recortes de atividades que não exponham rostos.

QUANDO É PERMITIDA A IDENTIFICAÇÃO DE CRIANÇAS NAS IMAGENS?

A identificação de uma criança em fotos ou vídeos só é justificável em casos de desaparecimento, com o objetivo de auxiliar na busca e localização por familiares ou responsáveis legais.

Fonte: “Posso filmar, fotografar e publicar imagens de crianças e famílias em situação de calamidade?”, Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

O que não esquecer

ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA PROTEÇÃO

- [] Garantir que todos os profissionais e voluntários conheçam os princípios de proteção e direitos da criança.
- [] Designar, no mínimo, uma pessoa de referência para proteção e segurança no abrigo.
- [] Implantar canais seguros e confidenciais de denúncia, acessíveis a adultos e crianças, pessoas idosas e com deficiência.
- [] Realizar reuniões periódicas de equipe para revisar riscos, fluxos de encaminhamento e boas práticas.
- [] Integrar ações de proteção ao plano de gestão do abrigo e aos sistemas municipais de assistência social e proteção à criança.

ATENÇÃO AOS BEBÊS E ÀS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA

- [] Assegurar acomodação adequada para famílias com bebês e crianças pequenas, priorizando espaços tranquilos e com acessibilidade.
- [] Manter acessibilidade física e comunicacional para crianças e adultos com deficiência.
- [] Oferecer escuta, apoio e descanso aos cuidadores, especialmente mães, gestantes e famílias com sobrecarga de cuidado.
- [] Favorecer o brincar livre e seguro, reconhecendo-o como estratégia de proteção emocional e reparação.

PROTEÇÃO CONTRA VIOLÊNCIAS, ABUSOS E EXPLORAÇÃO

- [] Capacitar toda a equipe sobre PSEA e sobre a Lei Menino Bernardo (Lei nº 13.010/2014).
- [] Evitar situações de risco, como superlotação, falta de privacidade e espaços compartilhados entre grupos vulneráveis.
- [] Manter iluminação adequada, separação por gênero nos banheiros e fechaduras funcionais em portas e quartos.
- [] Assegurar identificação visível (pulseira, crachá) de todas as crianças, com informações como nome, responsável e telefone.
- [] Promover atividades educativas e lúdicas que abordem respeito, autocuidado e convivência pacífica.

IDENTIFICAÇÃO E MONITORAMENTO DE RISCOS

- [] Observar sinais físicos e comportamentais de sofrimento, especialmente durante o brincar.
- [] Realizar monitoramento contínuo das interações entre adultos e crianças.
- [] Identificar e registrar situações de vulnerabilidade e comunicar imediatamente à coordenação.
- [] Mapear ameaças, vulnerabilidades e capacidades protetivas da população acolhida.

AÇÕES DIANTE DE SUSPEITA OU RELATO DE VIOLÊNCIA

- [] Ouvir com empatia e respeito, sem interromper ou pressionar a criança.
- [] Registrar as informações essenciais, evitando perguntas repetitivas.
- [] Tomar ação imediata para afastamento da criança do suposto agressor.
- [] Acionar o Conselho Tutelar e a autoridade policial em casos de suspeita ou confirmação de violência.
- [] Garantir privacidade, mas não prometer sigilo absoluto – explicar os encaminhamentos.

- [] Evitar revitimização; não usar linguagem moralizante ou julgadora.
- [] Acionar imediatamente a rede de saúde, em caso de violência sexual recente e/ou necessidade evidente de cuidados médicos.

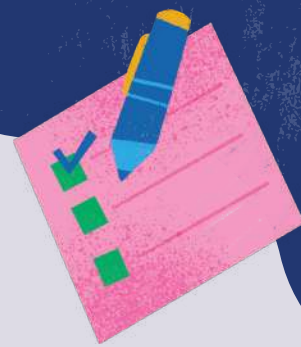
PREVENÇÃO DE ACIDENTES E SEGURANÇA FÍSICA

- [] Disponibilizar brinquedos e objetos adequados à faixa etária, sem peças pequenas ou cortantes.
- [] Manter produtos de limpeza, medicamentos e fios elétricos fora do alcance das crianças.
- [] Evitar o uso de talcos ou produtos em pó nas crianças.



Canais de denúncia

- **Disque 100:** Vítima ou testemunha de violência física ou sexual.
- **Disque 180:** Violência psicológica, física ou sexual contra mulheres e meninas.
- **Ligue 188:** Centro de Valorização da Vida (CVV), para ajuda e apoio emocional de forma gratuita e sigilosa. Site: www.cvv.org.br/ligue-188.
- **WhatsApp (61) 9 9656-5008:** Ouvidoria Nacional para Direitos Humanos, recebe as mesmas denúncias do Disque 100 e do Disque 180.
- **Disque 190:** Polícia Militar, para quando a violência estiver ocorrendo.
- **Acesse canaldeajuda.org.br:** SaferNet Brasil, para violência ou ameaça na internet.



- [] Supervisionar continuamente os momentos de sono, alimentação e brincadeiras.
- [] Instalar barreiras e sinalizações em escadas, janelas e áreas de risco.
- [] Proporcionar curso de primeiros socorros para as equipes.

PROTEÇÃO DA IMAGEM E PRIVACIDADE

- [] Não expor imagens de crianças em qualquer contexto de calamidade, mesmo com autorização.
- [] Garantir que registros fotográficos e audiovisuais sigam as normas legais de privacidade e respeito à dignidade.
- [] Permitir apenas imagens que não identifiquem as crianças, como fotos de costas ou em contraluz.



PARA SABER MAIS



Consulte o Conselho Tutelar mais perto da sua região.

Pilar 4:

O abrigo é de todos: participação na gestão

Participar dos processos de gestão e do cotidiano do abrigo faz com que os acolhidos se recuperem e possam voltar à rotina mais rapidamente. Isso envolve uma mudança na cultura de gestão, em que os acolhidos saem da posição passiva de serem apenas receptores de assistência para assumirem um papel ativo de corresponsáveis pelo espaço.

A participação pode ocorrer de diversas formas, que devem ser adequadas ao contexto de cada local, considerando as necessidades do momento e o tempo de permanência em acolhimento.

PRINCIPAIS MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO NOS ABRIGOS EMERGENCIAIS

- **Lideranças comunitárias:** São representantes dos acolhidos – representando também a diversidade de pessoas no abrigo – que atuam como mediadores do diálogo e do trabalho conjunto entre acolhidos, equipe de gestão e poder público.
- **Coletivos:** Ou comitês, são grupos em que os acolhidos se organizam para colaborar com as tarefas e atividades de rotina. São exemplos: coletivos de alimentação, de manutenção, de limpeza, de saúde, de recreação, de recepção de novos acolhidos etc.
- **Grupos:** Formados por pessoas com características comuns (mulheres, homens, crianças, adolescentes, idosos, gestantes etc.). Reúnem-se para rodas de conversa e atividades de interesse daquele grupo específico.
- **Reuniões coletivas ou assembleias gerais:** Encontros formais que envolvem a participação de todos para busca de soluções. Podem ser organizadas como “reuniões de condomínio”, com pautas, encaminhamentos e uma ata disponibilizada em quadro de avisos ou grupos de WhatsApp.
- **Mecanismos de devolutivas, sugestões e reclamações:** Caixa de sugestões e reclamações, reuniões coletivas, consulta coletiva sobre determinados temas, cartas direcionadas à gestão, telefones para denúncias etc.



POR QUE ESTIMULAR A PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO E MANUTENÇÃO DO ABRIGO?

- **Reduz a dependência da assistência humanitária e social**, valorizando as habilidades e competências dos acolhidos.
- **Fortalece a recuperação emocional**, dando oportunidade de fazerem escolhas e tomarem decisões.
- **Melhora a gestão do abrigo**, pois permite um melhor diálogo entre a equipe responsável e os acolhidos.
- **Diminui os conflitos**, pois os acolhidos passam a se sentir responsáveis pela convivência e bem-estar de todos.
- **Melhora a saúde e o bem-estar dos colaboradores**, pois ficam menos sobrecarregados.

Fonte: “Guia para o acolhimento de pessoas refugiadas e migrantes”, do ACNUR e da Prefeitura de São Paulo.



PARA SABER MAIS

Veja, no capítulo **Participação Coletiva (p. 57-68)**, do “**Guia para o acolhimento de pessoas refugiadas e migrantes**”, do ACNUR e da Prefeitura de São Paulo, outras formas de participação e orientações detalhadas de como implementá-las.



Participação das crianças

Crianças são sujeitos com direito à participação nas decisões que afetam a vida delas.

As crianças podem e devem ser envolvidas nos processos de decisão na gestão do abrigo. A participação contribui para:

- **Reduzir a passividade e a dependência**, promovendo a autonomia e a confiança.
- **Reforçar o bem-estar emocional**, ao permitir que expressem sentimentos e opiniões.
- **Fortalecer o vínculo com os cuidadores e a equipe** do abrigo, criando um ambiente de diálogo e corresponsabilidade.
- **Promover a cidadania e o aprendizado coletivo**, construindo competências sociais e emocionais para o futuro.

Garantir a participação das crianças significa que elas devem ter acesso a informações sobre o funcionamento do espaço, devem saber quais são seus direitos, as regras e os deveres que precisam cumprir, e quais serviços estão disponíveis.

A comunicação deve ser sempre feita em linguagem adequada à idade e em formatos acessíveis (como cartazes ilustrados, vídeos curtos, rodas de conversa ou jogos educativos).



O que não esquecer

GARANTIR ESCUTA E COMUNICAÇÃO ADAPTADAS

- [] Manter quadros ou murais com informações relevantes a todos os acolhidos, em linguagem acessível para todos os públicos.
- [] Realizar, periodicamente, reuniões coletivas ou assembleias com a presença de todos os acolhidos. Para tempo de permanência curto (1 a 11 dias), é recomendado que as reuniões sejam diárias. Para permanência média (12 a 45 dias), podem ocorrer uma vez por semana.
- [] Utilizar cartazes ilustrados, pictogramas e materiais coloridos para informar sobre rotinas, alimentação, horários e locais.
- [] Organizar rodas de conversa e contação de histórias para escutar as crianças e compreender como estão se sentindo.
- [] Adaptar todas as comunicações internas e avisos para diferentes idades e níveis de compreensão.
- [] Garantir a presença de intérpretes ou apoio visual para crianças com deficiência auditiva, visual ou intelectual.

CRIAR ESPAÇOS E GRUPOS DE PARTICIPAÇÃO INFANTIL

- [] Implementar coletivos de crianças (por faixa etária) para ouvir opiniões sobre o dia a dia no abrigo.
- [] Realizar reuniões semanais curtas e lúdicas, conduzidas por educadores ou facilitadores capacitados.
- [] Permitir que as crianças escolham temas para as atividades, festividades ou decorações do abrigo.
- [] Estimular que elas elejam representantes (por exemplo, “amigos do abrigo”) que possam apresentar sugestões nas assembleias.
- [] Assegurar equilíbrio de gênero, idade e diversidade nas representações, incluindo crianças com deficiência.

PROMOVER A CORRESPONSABILIDADE E O CUIDADO COM O ESPAÇO

- [] Envolver os acolhidos em tarefas como limpeza, pequenas manutenções, distribuição da alimentação, atividades com as crianças etc.
- [] Criar coletivos de trabalho com os adultos no abrigo, responsáveis, junto com a gestão, por áreas específicas.



- [] Envolver as crianças em tarefas leves e educativas, como cuidar das plantas, organizar brinquedos ou montar o mural coletivo.
- [] Criar grupos temáticos infantis (por exemplo, “Guardas da natureza”, “Turma da brincadeira” ou “Amigos da biblioteca”).
- [] Integrar atividades de educação ambiental, cidadania e convivência como parte da rotina do abrigo.

INSTITUIR MECANISMOS DE AVALIAÇÃO E DEVOLUTIVAS

- [] Implementar mecanismos para que todos os acolhidos possam avaliar e dar sugestões sobre os abrigos emergenciais. Criar uma “caixa de ideias e sentimentos ou desenhos” na qual as crianças possam deixar bilhetes, desenhos ou mensagens.
- [] Utilizar metodologias lúdicas para avaliar a satisfação infantil, como carinhas ou cores (com semáforos, por exemplo, em verde, amarelo e vermelho).
- [] Dar retorno às crianças sobre suas sugestões – explicando, com exemplos, o que foi acolhido e o que não foi possível mudar.
- [] Garantir canais seguros e confidenciais para relatos de situações de violência ou desconforto, com encaminhamento imediato à equipe de proteção.

FORMAÇÃO E SENSIBILIDADE DAS EQUIPES

- [] Garantir que todos os profissionais e voluntários compreendam o valor da escuta e da participação infantil.
- [] Promover formações breves sobre metodologias de escuta ativa e comunicação não violenta.
- [] Criar protocolos internos que assegurem que as opiniões das crianças sejam levadas em consideração nas decisões da gestão.
- [] Valorizar o papel das escolas, CRAS, Compaz e outros parceiros na continuidade das ações de participação e proteção após a estada no abrigo.

Pilar 5:

A educação precisa continuar

No Brasil, a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) asseguram a **educação como direito de todas as crianças, com prioridade absoluta no acesso e na permanência, inclusive em contextos emergenciais.**

No âmbito internacional, a Convenção sobre os Direitos da Criança e a Agenda 2030 reforçam que a educação deve ser contínua, segura, inclusiva e promotora do desenvolvimento integral, especialmente em situações de crise.

A educação é uma medida essencial de proteção em situações de risco e em desastres climáticos. Ela oferece às crianças acesso ao aprendizado, e também proteção física, emocional e social. Ir à escola e conviver com colegas e professores contribui para a reconstrução da rotina, o fortalecimento dos vínculos afetivos e o restabelecimento do sentimento de normalidade e segurança. As crianças que retomam o aprendizado e o convívio escolar logo após uma emergência têm mais chances de recuperação emocional, social e cognitiva. A escola é, portanto, mais do que um espaço de ensino – é um lugar de proteção, reconstrução e esperança.

É fundamental que as crianças retornem às escolas o mais breve possível. Por isso, desde o primeiro momento da emergência, é preciso apoiar a reabertura das escolas afetadas, a retomada do transporte escolar e a busca ativa de crianças deslocadas que ainda não voltaram à rede de ensino.

Também é necessário garantir que professores e funcionários possam assumir novamente seus postos, considerando que muitos foram atingidos ou enfrentam dificuldades de deslocamento.

A retomada das aulas deve considerar as necessidades materiais e emocionais da comunidade escolar. Parcerias com universidades e organizações da sociedade civil podem fortalecer o apoio pedagógico e psicossocial, oferecendo acompanhamento e recursos adequados para o trabalho com as crianças.



ATIVIDADES EDUCATIVAS NO ABRIGO

Além de garantir o acesso à escola, é preciso oferecer oportunidades de aprendizagem informal, como atividades recreativas, culturais e socioeducativas nos abrigos emergenciais.

Os espaços de uso exclusivo das crianças precisam ser seguros e confortáveis – cobertos, ventilados, iluminados e com banheiros próximos. É preciso, ainda, ter disponibilidade de materiais educativos e lúdicos, organizados por faixa etária.

Cronogramas e atividades coletivas planejadas contribuem para o entretenimento e a interação das crianças, promovendo momentos de troca e uma sensação de normalidade.

Mas, é importante sublinhar, **as atividades educativas no abrigo não substituem a educação formal** no ambiente escolar.



PARA SABER MAIS

Leia a cartilha “Educação resiliente: recomendações para fortalecer a resiliência dos sistemas educacionais brasileiros frente às crises climáticas”, da **Todos pela Educação e Vozes da Educação**.



Escolas não devem ser abrigos



Em muitas emergências, escolas acabam funcionando como abrigos temporários. Embora as escolas ofereçam uma estrutura física facilmente adaptável para ser um abrigo, é necessário analisar intersetorialmente qual o menor dano causado às crianças antes de decidir pelo seu uso. Caso decida-se utilizar uma escola, deve-se ter um prazo máximo, com datas claras de transição para outros equipamentos. Utilizar escolas como abrigos emergenciais gera impactos como:

- **Suspensão ou redução das atividades escolares** para todos os estudantes, já que salas de aula, quadras e refeitórios são adaptados para acolhimento.
- **Danos ou desgaste da infraestrutura**, que pode demandar reparos, mantendo crianças afastadas da escola por um tempo ainda maior.
- **Sobrecarga da comunidade escolar**, que passa a conciliar o papel pedagógico com a função de apoio humanitário.
- **Interrupção do calendário letivo**, mesmo quando a escola não está fisicamente inacessível.
- **Impossibilidade de a escola cumprir seu papel de prevenção e de preparação ao risco**, e apoiar as crianças e adolescentes afetados na recuperação durante e após os desastres. Perde-se, assim, sua função como lugar de segurança, proteção e manutenção da rotina.

As escolas devem ser prioritariamente espaços de educação segura. A recomendação é que outros espaços, como centros esportivos, salões comunitários, escolas técnicas para adultos ou abrigos planejados sejam preparados para essa função.

Fonte: “Educação resiliente”, Todos pela Educação e Vozes da Educação.

O que não esquecer

- [] Sensibilizar famílias e cuidadores sobre a importância da frequência e continuidade escolar.
- [] Garantir transporte escolar ou alternativas seguras de deslocamento para as crianças acolhidas.
- [] Acompanhar e registrar a frequência escolar das crianças e adolescentes acolhidos quando permanecerem por mais de uma semana no abrigo.
- [] Dar prioridade à reconstrução das escolas, para que as aulas em unidades afetadas voltem o mais cedo possível.
- [] Não utilizar escolas como abrigos emergenciais, para evitar que os alunos da unidade fiquem fora da escola.
- [] Criar, nos abrigos, espaços de aprendizagem informal que complementem o ensino formal, estimulando o brincar, a leitura, o desenhar e a convivência.
- [] Identificar educadores entre os acolhidos, incentivando sua atuação em oficinas e atividades pedagógicas nos espaços educativos dos abrigos.
- [] Estabelecer coletivos de educação e recreação nos abrigos, com o envolvimento das famílias.



Pilar 6:

Brincar também é cuidado

Em contextos de emergência, o brincar é mais do que lazer: é uma forma de cuidado e reconstrução emocional, pois favorece que a criança elabore e expresse suas emoções e sentimentos, amplie seu repertório cultural, desenvolva a imaginação e a criatividade. O brincar também traz oportunidades de realizar experiências corporais, sensoriais e sociais.

Garantir tempo e espaço para brincar é assegurar que as crianças tenham condições de se desenvolver de forma integral, mesmo diante de adversidades. **Brincar é um direito fundamental de toda criança, conforme o ECA, a Convenção sobre os Direitos da Criança e a Lei da Parentalidade Positiva (Lei 14.826/2024).**

BOAS PRÁTICAS NA ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS DE BRINCAR

- Criar **áreas limpas, iluminadas e seguras**, com delimitação física e acesso controlado.
- Garantir espaços adequados às **diferentes faixas etárias**, respeitando suas formas de brincar e aprender.
- Organizar **brinquedotecas e cantinhos de leitura**, adequando os recursos à faixa etária e evitando excesso de estímulos.
- Disponibilizar **materiais diversificados e acessíveis**, como blocos, cordas, tecidos, bolas e materiais recicláveis limpos.
- Os objetos e brinquedos podem ser organizados em **cestos baixos ou caixas** identificadas, para que os bebês e crianças possam escolher e guardar. A organização pode ser por categorias (bolas, tecidos, painéis, por exemplo), facilitando o uso e a limpeza.
- Incluir crianças com deficiência, prevendo **acessibilidade** física e sensorial.
- Manter **rotinas diárias** previsíveis, com horários para brincar, descansar e se alimentar, favorecendo a segurança emocional.
- Promover **momentos de brincadeiras livres**, sem imposição de atividades.
- Incluir **atividades artísticas**, corporais e musicais, que ampliem repertórios expressivos e promovam bem-estar.
- Garantir **espaços para repouso** com colchões ou almofadas.
- Quando possível, ter espaços que promovam o **contato com a natureza** (sol, árvores, terra, grama), o que beneficia a saúde física e emocional.

>> Veja mais: Recomendações sobre espaços de brincar externos e internos nos abrigos (página 38).

Uso de telas



As telas podem ser um recurso rápido para distrair e acalmar as crianças em situações adversas, mas é preciso estar atento aos malefícios que elas podem causar, principalmente nas crianças muito pequenas.

Entre os prejuízos associados ao excesso de exposição a telas na primeira infância, destacam-se: atraso no desenvolvimento cognitivo, na linguagem, atrasos sociais e descontrole emocional, além de comportamentos agressivos, ansiosos e alterações do sono.

Na hora do uso das telas, é importante se atentar à classificação indicativa dos

desenhos e filmes, priorizar conteúdos educativos sem estímulos excessivos e evitar redes sociais. Para qualquer idade, o uso deve ser sempre com supervisão.

Recomendações da Sociedade Brasileira de Pediatria:

- **Criança até 2 anos** → evitar totalmente a tela.
- **Criança de 2 a 5 anos** → usar tela até uma hora por dia.
- **Criança de 6 a 10 anos** → usar tela até duas horas por dia.
- **Criança acima de 10 anos** → usar tela até três horas por dia.





Mediação das brincadeiras

Os espaços de brincar devem contar com pessoas responsáveis por mediar as atividades. É essencial que os mediadores sejam capacitados e apoiados pelas equipes de educação, saúde, assistência social e cultura. Profissionais da educação e da assistência social contribuem para um ambiente mais seguro e afetivo, além de encaminharem casos para atendimento especializado quando necessário. Os mediadores devem:

- Acolher as crianças e famílias, escutando suas preferências e histórias.
- Organizar a rotina diária das atividades.
- Sugerir brincadeiras e brincar junto, se necessário.
- Mediar conflitos de forma respeitosa.
- Envolver as famílias nas atividades, quando possível.
- Observar sinais de sofrimento emocional e comunicar à equipe técnica responsável.
- Zelar pelo cumprimento das orientações de segurança e proteção.



Os espaços de brincar devem ter a criança como prioridade, respeitando a diversidade, a equidade de gênero e a não discriminação, e incentivando a participação de todas as crianças.

Fortalecimento de vínculos

Os espaços de brincar também são espaços de fortalecimento dos vínculos familiares. É importante convidar as famílias a participar das atividades, a opinar sobre as rotinas e a colaborar com a organização do ambiente. A presença familiar reforça o sentimento de pertencimento e segurança da criança. Mas a participação das famílias deve ser incentivada com empatia e respeito, sem imposições. Muitas estão sobrecarregadas, enfrentando perdas, incertezas e mudanças bruscas. O convite ao envolvimento deve considerar essas condições, oferecendo apoio, não cobrança.

- É essencial permitir que o **bebê se movimente livremente**, sem interferências, mas com vigilância constante.
- **Deve-se evitar longos períodos em berços ou carrinhos** – quanto mais liberdade de movimento, principalmente no chão, melhor o desenvolvimento.
- Deve-se evitar o **uso de telas**.

O brincar dos bebês

O brincar é essencial para o desenvolvimento físico, emocional, cognitivo e social do bebê. Nos abrigos emergenciais, **os bebês precisam continuar brincando**, pois isso garante oportunidades de movimento, curiosidade e vínculo com os cuidadores.

Os bebês precisam de um espaço onde possam se movimentar com segurança. Para esse espaço, recomenda-se:

- Uma sala dedicada ou uma **área delimitada** dentro de um espaço maior.
- O chão deve ser coberto com **tatames firmes ou mantas isolantes**, garantindo conforto.
- Caso não haja um espaço exclusivo, é possível adaptar o ambiente: durante o dia, **um espaço no chão pode ser liberado, mas sempre protegido**, onde o bebê possa brincar e explorar com segurança.
- Quando possível, é importante disponibilizar **espaços ao ar livre**, pois o contato com elementos da natureza (grama, terra, árvores) contribui para o bem-estar emocional de bebês e cuidadores.



Dicas de brincadeiras com bebês



BRINCADEIRAS FACE A FACE COM ADULTOS

Conversar com o bebê, sorrir, cantar, fazer caretas e brincar de “esconde-achou” são interações fundamentais. Elas fortalecem o vínculo afetivo e estimulam a comunicação e o reconhecimento emocional.

CANTAR E DANÇAR

Segurando o bebê no colo e ouvindo uma música, os cuidadores podem rodar, dançar e balançar o corpo. Pode ser uma atividade individual ou coletiva e periódica. É possível dançar ouvindo diferentes músicas, de movimentos mais lentos ou mais rápidos.

LEITURA PARA BEBÊS

Ter momentos de leitura aproxima os bebês dos livros, aumenta seu vocabulário e estimula a imaginação. Caretas e vozes fazem o momento de leitura compartilhada ainda mais rico. Os livros para bebês não precisam ser apenas os acartonados ou plastificados. Garanta que os bebês tenham contato com boa literatura e ilustrações de qualidade, mesmo que isso signifique algumas páginas amassadas.

BRINCADEIRAS LIVRES COM OBJETOS

Devem ocorrer preferencialmente no chão, com objetos simples – de tamanho grande, que não possam ser engolidos – e variados. O bebê pode explorá-los sozinho, mas sempre com a observação de um adulto.

ESCONDE-ACHOU

A tradicional brincadeira de esconder o rosto para depois revelá-lo apoia o bebê a entender que, quando algo desaparece, não significa que deixa de existir. Os bebês costumam gostar desse jogo – seja escondendo o rosto do cuidador, ou o deles, com um paninho.

FANTOCHES

Não precisa de muito: uma pequena meia já pode ser usada como fantoche para criar histórias – usando diferentes tipos de vozes e ativando a imaginação dos bebês.

PARA SABER MAIS



Conheça o guia “Projetos de leitura para a primeira infância – Balaio de Livros”, realizado pelo CECIP e Urban95.



Atividades com pouco ou nenhum recurso

O brincar não precisa de brinquedos caros ou complexos – a imaginação e o vínculo são os principais recursos. As brincadeiras podem ser simples, com objetos do cotidiano ou mesmo sem materiais. Nos abrigos emergenciais, essas atividades também ajudam a criar momentos de leveza e convivência positiva entre as famílias.

Brincadeiras com recursos simples

Utilizando materiais facilmente encontrados no abrigo (jornais, cordas, bolas, potes, tecidos etc.), é possível ampliar a variedade de atividades. Essas brincadeiras fortalecem o senso de grupo, promovem movimento físico e estimulam a criatividade.



- **Corrida de jornal:** Cada criança usa duas folhas de jornal como “pistas de corrida” para avançar até a chegada.
- **Estátua:** Dançar ao som de uma música e congelar quando o mediador diz “estátua!”.
- **Passa o anel:** Um anel passa de mão em mão na roda, e uma criança precisa adivinhar onde o anel parou.
- **Pega-pega rabinho:** Pega-pega em que se tenta agarrar uma tira de jornal presa na roupa.
- **Bom dia, senhor urso:** Dramatização divertida para exercitar a imaginação.
- **Batata quente:** Para trabalhar ritmo, atenção e tempo de reação.
- **Cobrinha:** Duas crianças balançam uma corda enquanto as outras pulam.

Brincadeiras que não necessitam de recursos

Essas brincadeiras são ideais quando há pouco material disponível e funcionam bem em grupos mistos de idades. Elas reforçam habilidades cognitivas, motoras e sociais, além de incentivarem o riso e a convivência harmoniosa.



- **Elefante colorido:** Uma criança comanda e diz “elefante colorido, que cor?”, e todos correm para encostar em algo da cor escolhida.
- **Continue a história:** Em roda, cada criança acrescenta uma parte à narrativa iniciada por outra.
- **Serra, serra, serrador:** Em duplas, as crianças cantam e se balançam para frente e para trás, estimulando ritmo e coordenação.
- **Telefone sem fio:** Mensagem sussurrada de pessoa para pessoa em uma fila, para ver se a frase chega igual ou diferente.
- **Mestre mandou:** O líder inventa ações como “pular num pé só”, “abraçar alguém”, “imitar um sapo” e todos fazem.
- **Coelhinho, sai da toca:** Em trios, dois fazem a “toca” e um é o coelhinho – uma brincadeira de agilidade e cooperação.
- **Morto ou vivo:** As crianças reagem aos comandos agachando ou se levantando.



PARA SABER MAIS



Veja essas e outras brincadeiras no documento “20 brincadeiras que necessitam de pouco ou nenhum recurso”, desenvolvido por Gabriela Soares, Lisiane Oliveira e Rosane Romanini.

Atividades em grupo ao ar livre



Aproveitar os espaços externos do abrigo é uma ótima forma de promover o brincar, a socialização e o contato com a natureza. Essas atividades estimulam o movimento, o trabalho em equipe e o resgate das memórias culturais, aproximando gerações:

- Piquenique comunitário:** Cada família leva um lanche simples para ser compartilhado com os demais. Compartilhar com os outros, ainda que coisas pequenas, pode fortalecer a resiliência e a dignidade. Se as famílias não tiverem condições, a gestão do abrigo providencia o lanche e foca a atividade no compartilhar.
- Gincana intergeracional:** Incluir brincadeiras tradicionais como amarelinha, pular corda, esconde-esconde, pega-pega, queimada e bolinha de gude.

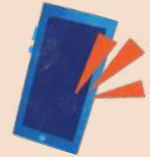
Pé de Infância: inspiração para o cuidado diário

O Pé de Infância, iniciativa da Urban95, oferece ideias simples para fortalecer o vínculo entre cuidadores e crianças por meio de três gestos cotidianos: brincar, cantar e contar histórias. Essas práticas, mesmo em espaços improvisados, são fundamentais para o desenvolvimento infantil e para a construção de vínculos afetivos seguros.



PARA SABER MAIS

Acesse o site do Pé de Infância e baixe os materiais.



Quadro resumo: Atividades com pouco ou nenhum recurso

Faixa etária	Atividade	Materiais necessários	Tempo sugerido	Espaço ideal	Objetivos principais
Bebês (0 a 2 anos)	Brincar face a face (conversar, sorrir, cantar, imitar sons)	Nenhum	10-15 min.	Espaço calmo, tatame ou colo	Vínculo afetivo, linguagem, reconhecimento emocional
	Esconde-achou	Nenhum	5 min.	Espaço calmo, tatame ou colo	Vínculo afetivo, linguagem, reconhecimento emocional
	Exploração sensorial	Panos, potes, argolas, brinquedos macios	15 min.	Espaço delimitado com tatame	Coordenação motora, curiosidade, estímulos sensoriais
	Cantigas e balanço ("Serra, serra serrador", "Borboletinha")	Nenhum	10 min.	No colo ou no chão	Ritmo, vínculo e linguagem
	Fantoches	Meias, brinquedos, fantoches (se houver)	5 min.	Espaço calmo, tatame ou colo	Vínculo, imaginação, linguagem, afeto
	Sol e natureza	Mantas, chapéu, água	10-20 min.	Área externa segura	Saúde, estímulo visual e emocional

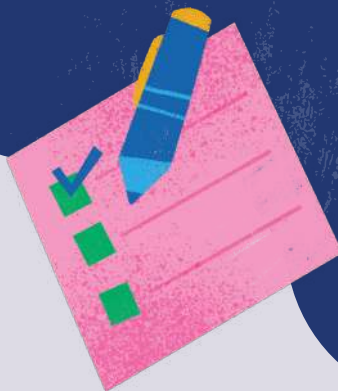
Quadro resumo: Atividades com pouco ou nenhum recurso

Faixa etária	Atividade	Materiais necessários	Tempo sugerido	Espaço ideal	Objetivos principais
Crianças pequenas (3 a 6 anos)	Elefante colorido	Nenhum	10 min.	Espaço aberto	Atenção, reconhecimento de cores, movimento
	Continue a história	Nenhum	15-20 min.	Roda de conversa	Linguagem, criatividade, escuta ativa
	Mestre mandou	Nenhum	15 min.	Espaço amplo	Coordenação, escuta, regras sociais
	Corrida de jornal	Duas folhas de jornal por criança	10 min.	Espaço livre	Coordenação motora, cooperação, equilíbrio
	Cobrinha	Corde, lençol ou tira de jornal	10-15 min.	Espaço amplo	Coordenação, atenção, diversão coletiva
	Estátua musical	Música (voz, celular, rádio)	10 min.	Espaço livre	Expressão corporal, ritmo, autocontrole
Crianças maiores (7 a 12 anos)	Terra e mar	Giz ou fita adesiva	10 min.	Espaço amplo	Atenção, movimento, tomada de decisão
	Coelhinho sai da toca	Nenhum	15 min.	Espaço amplo	Agilidade, interação e cooperação
	Passa o anel	Um anel, pedrinha ou botão	15-20 min.	Espaço calmo	Foco, suspense e convivência
	Telefone sem fio	Nenhum	10 min.	Roda ou fileira	Escuta ativa, linguagem, humor
	Batata quente	Bola ou meia enrolada	10 min.	Espaço livre	Ritmo, atenção e cooperação
Cuidadores e famílias	Piquenique coletivo	Lanches simples	30 min.	Área externa	Convivência, vínculo e relaxamento
	Roda de conversa sobre infância	Cadeiras, toalha, espaço tranquilo	40 min.	Sombra ou sala aberta	Troca de saberes, apoio emocional
	Oficina de autocuidado	Nenhum ou colchonetes	20-30 min.	Espaço calmo	Relaxamento, saúde mental
	Contação de histórias com os filhos	Livros, panos	15-30 min.	Espaço de brincar	Vínculo, imaginação, afeto
	Cantar e dançar	Música	15-30 min.	Espaço de brincar ou ao ar livre	Vínculo, ritmo, linguagem, relaxamento

Fonte: Elaborado com base nos documentos: “20 brincadeiras que necessitam de pouco ou nenhum recurso” (Orgs. Gabriela Soares, Lisiane Oliveira e Rosane Romanini), “Kit de desenvolvimento da primeira infância” (Unicef), “Pontos-chave para o cuidado aos bebês e suas famílias nos abrigos temporários” (Orgs. Angélica Paulo et al.) e “Promoção do desenvolvimento integral na primeira infância” (Unicef).

O que não esquecer

- [] Assegurar tempo, espaço e liberdade para o brincar, inclusive em emergências.
- [] Incluir todas as crianças, considerando idade, deficiência e diversidade.
- [] Separar áreas por faixa etária, com atenção especial aos bebês.
- [] Manter os ambientes limpos, tranquilos e acessíveis.
- [] Evitar excesso de brinquedos e estímulos.
- [] Permitir que as crianças escolham com o que e como brincar.
- [] Observar e escutar sem interferir.
- [] Usar o brincar como forma de expressão e recuperação emocional.
- [] Estimular que cuidadores brinquem junto e compartilhem saberes.
- [] Promover momentos coletivos (piqueniques, rodas, oficinas).
- [] Valorizar brincadeiras tradicionais e materiais simples.
- [] Incentivar o uso criativo de objetos do cotidiano.
- [] Garantir a presença de adultos disponíveis e afetivos.
- [] Oferecer formação básica em escuta e proteção infantil.
- [] Criar horários regulares para brincar, descansar e conviver.
- [] Incorporar música, arte e movimento no dia a dia do abrigo.



Pilar 7:

Saúde emocional: cabeça, corpo e coração em sintonia

Nos abrigos emergenciais, a saúde deve ser cuidada de forma integral: corpo, mente, emoções e relações familiares e sociais. Muitas crianças chegam já fragilizadas por condições anteriores – moradia precária, alimentação inadequada, falta de acesso à saúde ou experiências traumáticas. Garantir atendimento contínuo e articulado com a rede pública desde o primeiro dia é fundamental para proteger a dignidade e o bem-estar das crianças acolhidas.

Desastres climáticos como enchentes e deslizamentos rompem rotinas, causam medo e podem ocasionar grande sofrimento emocional. As crianças sentem e reagem a essas mudanças, mesmo quando não conseguem expressar o que vivem. Por isso, cuidar da saúde emocional é tão importante quanto tratar a saúde física – oferecendo escuta, acolhimento, estabilidade e oportunidades de vínculo.

O estresse infantil

O estresse é uma resposta natural do corpo diante de situações novas, desafiadoras ou ameaçadoras. Na infância, ele pode se manifestar de duas formas principais:

ESTRESSE TOLERÁVEL

Ocorre diante de eventos pontuais e superáveis, que exigem adaptação, tais como mudar de escola, participar de uma competição, conhecer pessoas novas ou visitar o médico. Essas experiências, quando acompanhadas por adultos afetivos e presentes, ajudam a criança a desenvolver resiliência e autoconfiança.

ESTRESSE TÓXICO

Aparece quando a criança é exposta a medo intenso, violência, negligência ou insegurança prolongada, sem apoio emocional adequado. O estresse tóxico

é capaz de alterar o funcionamento do corpo e as estruturas químicas do cérebro, podendo prejudicar o desenvolvimento cognitivo, emocional e social. Pode ocorrer em casos como:

- Violência doméstica (mesmo quando a criança apenas testemunha o ocorrido).
- Ambientes inseguros, com gritos, punições severas ou ameaças.
- Separações bruscas dos cuidadores.
- Falta de alimentação, abrigo ou cuidado básico.
- Testemunhar sofrimento ou insegurança dos cuidadores ou de outras pessoas da comunidade.
- Desastres e perdas súbitas.

Fonte: "What is Toxic Stress? What Effects Can Toxic Stress Have On a Child?" (em tradução livre: O que é o estresse tóxico? Que efeitos o estresse tóxico tem em crianças?), Unicef.



Sinais de alerta: sintomas mais comuns

Os desastres climáticos repetidos podem ser causadores de estresse tóxico. Por isso, é comum que crianças afetadas por essas situações sintam tristeza, ansiedade e medo de ficar longe da família, tenham pesadelos ou sono agitado, apresentem choro excessivo, irritação, alterações na rotina alimentar (não querem comer ou comem mais do que estão habituadas) e fiquem caladas.

Nem todas as crianças apresentarão reações ou reagirão da mesma maneira. A forma como cada criança responde depende de fatores como a reação das pessoas ao redor (especialmente pais e cuidadores), se já viveram anteriormente alguma situação de emergência, um evento estressante ou experiências prévias de abuso, violência familiar ou abandono.

Além disso, algumas experiências durante o desastre podem afetar as reações, e até mesmo intensificá-las, como perder um ou mais membros da família ou amigos, testemunhar pessoas gravemente feridas ou cadáveres, doenças ou ferimentos resultantes do desastre, perda da casa, da escola, de pertences pessoais ou de animais de estimação.

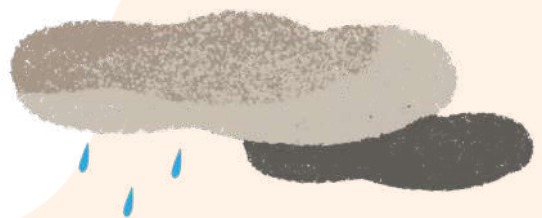
Para identificar crianças que necessitam de apoio psicológico profissional imediato, é preciso prestar atenção às situações com alto risco de reações intensas e com sinais evidentes de angústia.

Pais, mães e cuidadores em estado de angústia podem apresentar reações semelhantes às das crianças e podem não conseguir cuidar de si mesmos nem de seus filhos e filhas (ver página 90).

Se as crianças ou seus cuidadores apresentam apatia persistente, retraimento extremo, falam sobre morte ou se machucam, deve-se acionar imediatamente serviços especializados de saúde e proteção, especialmente serviço psicológico especializado.

Os efeitos do estresse tóxico podem ser revertidos ou amenizados quando as crianças encontram estabilidade, afeto e rotina.

Um abrigo acolhedor – com adultos disponíveis e sensíveis, brincadeiras cotidianas e ambientes tranquilos e previsíveis – promove recuperação emocional e neurodesenvolvimento saudável.



Reações comuns no comportamento de bebês e crianças de até seis anos afetados por riscos e desastres climáticos

Faixa etária	Aspectos do desenvolvimento	Reações comuns em situações de crise
<p>Bebês (0 a 3 anos)</p>	<p>Comunicam-se por meio da linguagem corporal.</p> <p>Têm pouca ou nenhuma compreensão de uma emergência ou evento traumático.</p> <p>Contato físico é fonte de consolo e segurança.</p> <p>A maior ameaça para um bebê é ficar abandonado, devido à sua total dependência do cuidado de um adulto.</p>	<p>Choram facilmente e buscam mais colo.</p> <p>Apresentam mudança nos padrões de sono e alimentação.</p> <p>Regridem em comportamentos já adquiridos (como engatinhar ou falar).</p> <p>Tornam-se mais sensíveis a ruídos e mudanças.</p> <p>Demonstram medo e inquietação sem motivo aparente.</p> <p>Passam a ter medo de coisas que antes não lhes causavam medo.</p> <p>Hiperatividade e falta de concentração.</p> <p>Alterações no brincar: pouco ou nenhum interesse em brincar, ou brincadeiras por períodos curtos e repetitivas.</p> <p>Brincadeiras mais agressivas ou violentas.</p> <p>Tornam-se mais exigentes e desafiadores que antes.</p> <p>Muito sensíveis à forma como os outros reagem.</p>
<p>Crianças pequenas (4 a 6 anos)</p>	<p>Possuem linguagem, mas têm uma compreensão muito limitada do mundo.</p> <p>Enxergam tudo a partir de suas experiências pessoais.</p> <p>Não compreendem as consequências das emergências.</p> <p>Ainda dependem completamente das reações dos pais.</p> <p>Embora se preocupem com a morte, não entendem que quem morre não volta mais.</p> <p>Pensamento "mágico" (acreditam que pensamentos ou desejos podem causar eventos).</p>	<p>Tornam-se mais apegados aos pais ou outros adultos.</p> <p>Regressão a comportamentos de fases anteriores (por exemplo, chupar o dedo).</p> <p>Podem parar de falar.</p> <p>Alternam entre inatividade e hiperatividade.</p> <p>Deixam de brincar ou passam a ter brincadeiras repetitivas.</p> <p>Ansiedade e preocupação de que coisas ruins possam acontecer.</p> <p>Distúrbios do sono, incluindo pesadelos.</p> <p>Mudanças nos padrões alimentares.</p> <p>Facilidade para confundir-se.</p> <p>Dificuldade de concentração.</p> <p>Assumem papéis de adultos.</p> <p>Irritabilidade.</p> <p>Podem brincar repetindo cenas do desastre.</p>

Fonte: Tabela elaborada a partir do material "Psychological First Aid Training Manual for Child Practitioners", da organização Save the Children.

Atitudes importantes dos adultos: diálogo sensível e contato físico

Apesar da crença de que elas “não entendem o que acontece”, a realidade é que as crianças percebem as mudanças ao redor, captam o tom emocional dos adultos e sentem os efeitos da insegurança, da perda e da ruptura da rotina. O medo, a ansiedade e as reações intensas – como choro, irritabilidade ou retraimento – são respostas naturais ao contexto vivido. Por outro lado, a ausência total de reações também pode ser um sinal de alerta.

Pais, cuidadores e equipes de abrigo devem estar preparados para responder com empatia e sensibilidade.

Nesses momentos, o papel dos adultos é acolher, não apressar para que volte a normalidade. Imposições para que “voltem ao normal” podem aumentar o sofrimento.

Esse pode ser um processo desafiador, pois todos estão sobrecarregados. Para as famílias afetadas, em especial, pode ser difícil compreender e dar suporte às manifestações comportamentais das crianças, pois também se encontram em sofrimento. Nesse sentido, é importante que profissionais e redes de apoio forneçam suporte às famílias e trabalhem com elas na proteção das crianças.

A partir de cuidados sensíveis e amorosos, as crianças irão, dentro do seu ritmo, retomar o sentimento de segurança para seguir aprendendo e se desenvolvendo.

O papel do adulto como fator de proteção

Os adultos transmitem segurança por meio da calma, da presença e da coerência entre palavras e atitudes.

Bebês e crianças se sentem mais seguros quando estão próximos a adultos de confiança.

Recomendações práticas:

- Garantir a presença de cuidadores de confiança.
 - Manter a presença física e afetiva: o toque, o abraço e o olhar transmitem segurança.
 - Não exigir comportamentos ou adaptações para os quais a criança ainda não está pronta.
- Evitar punições ou críticas – oferecer acolhimento e estabilidade.
 - Orientar os cuidadores sobre as mudanças de comportamento esperadas e sobre como estar presente de forma sensível e afetiva.
 - Restabelecer pequenas rotinas (sono, alimentação, brincadeiras) para reorganizar a previsibilidade.
 - Garantir tempo e espaço para brincar.
 - Observar sinais de sofrimento e acionar a equipe de referência do abrigo.
 - Cuidar dos cuidadores – adultos emocionalmente exaustos precisam de apoio para cuidar bem.



Diálogo sensível: como conversar com as crianças

Conversar sobre o que está acontecendo é um gesto de cuidado e proteção. O silêncio dos adultos pode gerar medo e confusão. **Falar com verdade, mas com delicadeza, ajuda a criança a compreender e organizar suas emoções.** Essas conversas fortalecem o vínculo de confiança e ajudam a criança a elaborar a experiência traumática.

Para dialogar com empatia:

- Reserve um tempo e crie um ambiente calmo e seguro.
- Aproxime-se da criança, fique na altura dela e mantenha contato visual.
- Use uma linguagem simples, sem minimizar o que aconteceu.
- Nomeie os acontecimentos e valide os sentimentos da criança (“Entendo que você ficou com medo. É normal se sentir assim”).
- Evite promessas falsas (“Isso nunca mais vai acontecer com vocês”), mas comunique esperança e cuidado (“Todos estão sendo ajudados e vocês irão ficar bem, estamos aqui junto com vocês”).
- Use desenhos, histórias ou brincadeiras como formas de expressão.



Exemplos de fala acolhedora:

- “Sua casa foi atingida por uma chuva muito forte, mas agora vocês estão em um lugar seguro. As pessoas estão ajudando e logo tudo vai melhorar.”
- “Nós estamos todos tristes por essas coisas que estão acontecendo. Uma pessoa que você ama não está mais aqui. É normal sentir saudade e chorar. Podemos lembrar dessa pessoa juntos.”



Atitudes dos adultos com as crianças durante emergências

O que fazer	Por que é importante	O que evitar
Escutar com atenção, sem interromper	A escuta ativa transmite segurança e valida os sentimentos da criança.	Ignorar, apressar a normalidade ou minimizar o que ela sente ("não precisa chorar", "foi só uma chuva").
Falar com linguagem simples e verdadeira	Ajuda a criança a entender o que aconteceu e reduz o medo e a confusão.	Usar explicações abstratas, técnicas ou que gerem pânico.
Abraçar, tocar com cuidado e manter contato físico	O toque transmite segurança, reduz ansiedade e regula emoções.	Forçar o contato se a criança não quiser – respeite o espaço dela.
Ficar na altura da criança e manter o olhar acolhedor	Demonstra respeito, presença e afeto.	Falar de cima, com tom de autoridade ou pressa.
Validar os sentimentos ("Entendo que você ficou com medo")	A validação ensina que sentir é normal e que ela pode confiar nos adultos.	Dizer que ela está exagerando ou tentar "distrair" o sentimento sem acolher.
Oferecer tempo e espaço para brincar	O brincar é uma forma natural de expressão e cura emocional.	Interromper ou punir brincadeiras que expressem medo, raiva ou perda.
Manter pequenas rotinas (sono, alimentação, higiene)	A previsibilidade traz sensação de controle e estabilidade.	Mudanças bruscas de rotina ou ausência total de regras.
Demonstrar calma e coerência nas atitudes	A criança aprende pelo exemplo – os adultos são seu principal modelo de regulação emocional.	Expressar desespero constante ou discutir situações difíceis na frente das crianças.
Buscar apoio da rede de proteção e saúde	A ajuda profissional previne o agravamento de sintomas emocionais.	Tentar resolver tudo sozinho ou ignorar sinais de sofrimento persistente.

Fonte: Quadro elaborado a partir do documento "Atenção à saúde emocional de crianças afetadas por situações de emergência", do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Primeiros Cuidados Psicológicos (PCP) para crianças

Os Primeiros Cuidados Psicológicos – também chamados de Primeiros Socorros Psicológicos (PSP) – são um conjunto de ações que buscam reduzir o sofrimento mental imediato, promover sensação de segurança e favorecer a recuperação emocional de pessoas que passaram por situações críticas – como desastres climáticos, perdas ou deslocamentos forçados.

Esses cuidados não exigem formação especializada, mas uma postura sensível, empática e acolhedora. O objetivo do PCP é “cuidar sem invadir”: oferecer apoio e presença humana, sem obrigar a pessoa a falar ou reviver o trauma. **Não substitui o atendimento clínico, mas é a base para que a criança volte a se sentir protegida, vista e cuidada, o que é o primeiro passo para a recuperação.**

Comunicação e abordagem com crianças em sofrimento

A forma de comunicação é determinante para o sucesso do PCP:

- Use frases curtas e compreensíveis: “Agora você está segura”, “Essas pessoas estão aqui para ajudar”.
- Respeite o tempo da criança – algumas podem querer falar, outras, não.
- Evite expressões de desespero, tom de urgência ou promessas irreais.
- Utilize objetos e brinquedos como mediadores de diálogo e conforto.
- Ajude a criança a voltar ao presente, convidando-a a observar algo seguro no ambiente (“Olhe onde estamos agora, veja que há pessoas cuidando de você”).

ATENÇÃO AOS SINAIS

Encaminhe para atendimento profissional nos casos em que a criança:

- Permanecer muito angustiada, com ansiedade extrema, medo constante ou pânico.
- Apresentar mudanças drásticas de personalidade ou comportamento.

- Não conseguir realizar suas atividades cotidianas.
- Sentir-se ameaçada.
- Ter comportamentos agressivos, autodestrutivos ou risco de fuga.
- Estar com apatia profunda, isolamento total ou ausência de fala.
- Fazer queixas repetidas (dores, tremores, tontura) sem causa aparente.
- Falar sobre morte, culpa ou perda de vontade de viver.

Nesses casos, a equipe deve **acionar imediatamente a rede de proteção e saúde mental local, garantindo atendimento especializado e acompanhamento contínuo.**

Importante: Nunca deixe uma criança sozinha se ela estiver em pânico, confusa ou muito assustada. Mantenha-se ao lado dela até que a situação se estabilize ou outro profissional assumo o cuidado.

Fonte: “Psychological First Aid Training Manual for Child Practitioners”, Save the Children.

Os três pilares do PCP: Observar, Escutar e Conectar

OBSERVAR: GARANTIR SEGURANÇA E RECONHECER AS NECESSIDADES DAS CRIANÇAS

- Verificar se o **ambiente do abrigo é seguro** para as crianças e suas famílias.
- Identificar pessoas em situação de **mais vulnerabilidade**.
- Observar **sinais de estresse agudo**, como tremores, pânico, confusão, choro intenso ou mutismo (quando a criança para de falar).
- Garantir **acolhimento físico seguro**, longe de ruídos e aglomerações.



ESCUTAR: OFERECER ESCUTA ATIVA E TRANQUILIZADORA

- **Aproximar-se com calma**, apresentar-se e explicar o que faz.
- Usar o termo “psicológico” com cautela (pode gerar medo ou desconfiança). É preferível dizer que está ali para **ouvir e passar tempo com a criança**.
- Abaixar-se ou sentar-se ao lado da criança para **ficar na altura dela**, manter contato visual suave e voz calma.
- **Ouvir com atenção**, sem interromper e sem forçar o relato.
- **Validar os sentimentos** da criança: “Eu entendo que você está assustada”, “Isso realmente foi difícil”.
- Evitar perguntas detalhadas sobre o ocorrido – **o objetivo não é investigar**, mas acolher.
- Demonstrar **presença e disponibilidade**, mesmo no silêncio.
- Pedir **permissão aos pais ou cuidadores** antes de conversar em profundidade com a criança. Essa regra não se aplica quando a criança está em risco imediato ou os pais estão ausentes ou incapacitados.
- Identificar as **necessidades imediatas** e procurar atendê-las.
- **Reconhecer e controlar suas próprias emoções**. Se também estiver angustiado e não puder se controlar, sua presença pode ser prejudicial em vez de benéfica.
- Fornecer as **informações corretas** para as perguntas apresentadas pelas crianças ou cuidadores.
- Levar em conta as **questões de gênero** ao se comunicar com crianças e suas famílias. É recomendado que meninas e meninos sejam atendidos por pessoas de seu próprio gênero.

CONECTAR: RESTAURAR VÍNCULOS E ACESSO A APOIO

- Reunir a **criança com seus pais ou cuidadores** o mais rápido possível.
- Garantir que as **necessidades básicas** (água, alimento, abrigo) sejam atendidas – isso é parte do cuidado emocional.
- Oferecer **informações claras sobre o que está acontecendo** e o que vai acontecer a seguir.
- Ajudar a criança e a família a acessar **apoios da rede pública**, como saúde, assistência social e proteção infantil.
- Identificar, quando necessário, **referências especializadas** de saúde mental (CAPS, UBS e USF).

Fonte: “Psychological First Aid Training Manual for Child Practitioners”, Save the Children.

Cuidar de quem cuida

O PCP também envolve apoio aos cuidadores, uma vez que o bem-estar de quem cuida é essencial para que possam prover cuidados responsivos e afetivos. A segurança e o desenvolvimento pleno das crianças depende do equilíbrio emocional dos adultos que as rodeiam.

Em contextos de crise, as famílias, especialmente as mães, podem estar emocionalmente sobrecarregadas. Diante disso, recomenda-se apoiar os cuidadores tanto na sua relação com as crianças quanto na identificação de seu próprio estresse. Entre as recomendações, destacam-se:

- Ajudar cuidadores a identificar sinais de estresse e/ou ansiedade nas crianças.
- Incentivar cuidadores a manter contato físico e verbal afetivo – abraçar, conversar, cantar e brincar.
- Orientar sobre a importância de manter rotinas simples e previsíveis para as crianças.
- Escutar os cuidadores com empatia, validando suas dificuldades e sentimentos.
- Ajudar cuidadores a identificar e manejar seu próprio estresse e/ou ansiedade.
- Organizar encontros e rodas de conversa com os cuidadores.
- Se necessário, encaminhar os cuidadores para atendimento psicossocial.

SUGESTÕES DE AÇÕES PARA MOMENTOS DE ESCUTA, APOIO E AUTOCUIDADO

- **Rodas de conversa e troca de experiências entre cuidadores e/ou famílias**, onde possam falar sobre suas emoções e angústias, e fortalecer o sentimento de pertencimento e apoio mútuo.
- **Aulas e palestras curtas**, sobre amamentação, paternidade responsável, primeiros cuidados com o bebê e alimentação saudável, com apoio das equipes de saúde e assistência social, valorizando o papel dos cuidadores.
- **Oficinas de autocuidado** com atividades dirigidas de respiração, alongamento e relaxamento.
- **Momentos de descanso supervisionado**, que proporcionem pausas curtas para cuidadores, enquanto o bebê/criança pequena está sob os cuidados de um adulto autorizado e conhecido.



Profissional: como cuidar de seu próprio estresse

Trabalhadores de resposta a crises e desastres climáticos – incluindo voluntários – normalmente se deparam com longas horas de trabalho, muitas responsabilidades e podem testemunhar histórias trágicas.

Essas experiências podem afetar a saúde mental dos profissionais, que precisam gerenciar seu próprio estresse. É importante que cada profissional preste atenção em si mesmo, às reações físicas e emocionais que está tendo, e saiba quando é hora de parar ou de buscar ajuda.

Durante a emergência, algumas reações emocionais esperadas nos trabalhadores são:

- Sensação de alerta constante ou medo intenso.
- Cansaço, irritabilidade e maior chance de ocorrência de conflitos.
- Dificuldade de concentração ou lapsos de memória.
- Tristeza, apatia ou desânimo.
- Sensação de agir “no automático” ou de agitação.
- Alterações no sono e/ou no apetite.
- Choro mais frequente.
- Sensação de sobrecarga, impotência ou esgotamento frente às perdas, mudança de rotina e múltiplas demandas.

Essas reações não são sinal de fraqueza. Elas indicam a resposta de nosso corpo e mente a situações desafiadoras e inesperadas. Algumas dicas simples ajudam a gerenciar o estresse e as emoções:

- Fazer pausas regulares para descanso.
- Beber água e alimentar-se adequadamente, em um ambiente tranquilo.

- Utilizar EPIs, sempre que necessário.
- Evitar sobrecarga e turnos prolongados.
- Conversar com colegas sobre o que estão vivenciando (estabelecer uma “dupla de cuidado mútuo” pode ser útil).
- Respeitar os sinais do corpo, como tontura, dor, tremores e cansaço intenso, para prevenir acidentes e mais sobrecarga.
- Praticar alongamentos para ajudar o corpo a relaxar.

Se esses cuidados não forem suficientes e os sintomas piorarem, busque ajuda profissional.

Fonte: “Saúde Mental e Atenção Psicossocial em Emergências e Desastres”, Ministério da Saúde.



PARA SABER MAIS



Confira cartazes, cartilhas e aulas em vídeo na série “Saúde Mental e Atenção Psicossocial em Emergências e Desastres”, do Ministério da Saúde.



Conheça o “Primeiros Cuidados Psicológicos: guia para trabalhadores de campo”, da Organização Mundial da Saúde.

O que não esquecer

- [] Reconhecer e acolher manifestações emocionais e comportamentais das crianças como respostas esperadas ao trauma e à ruptura de rotinas.
- [] Manter a presença constante de adultos de confiança, garantindo previsibilidade e sensação de segurança.
- [] Oferecer espaço e tempo para o brincar, reconhecendo-o como forma de expressão, comunicação e recuperação emocional.
- [] Promover diálogos sensíveis: usar linguagem simples, validar sentimentos, oferecer explicações verdadeiras, sem causar medo ou fazer falsas promessas.
- [] Incentivar o contato físico seguro e afetivo – abraços, colo, toque – como estratégia de regulação emocional.
- [] Capacitar a equipe e voluntários em PCP, incluindo observação, escuta ativa e encaminhamento de casos que demandem acompanhamento especializado.
- [] Criar espaços de convivência e atividades lúdicas coletivas, favorecendo a reconstrução de vínculos e o sentimento de pertencimento.
- [] Articular com a rede de saúde mental e assistência social para atendimento psicossocial de crianças e famílias em sofrimento intenso.
- [] Oferecer apoio às famílias e aos cuidadores, com orientações sobre comportamento infantil, manejo emocional e autocuidado.
- [] Monitorar sinais de sofrimento persistente (como isolamento, agressividade, regressão intensa ou apatia) e acionar a equipe de referência.



Pilar 8:

Alimentar e nutrir



A alimentação adequada e saudável é um direito humano fundamental, garantido pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e

Nutricional (Losan). O acesso a alimentos seguros, água potável e condições adequadas de preparo é decisivo para prevenir doenças, fortalecer o sistema imunológico e assegurar que cada pessoa possa viver com saúde e dignidade.

Amamentação: prioridade absoluta

A amamentação deve ser protegida, apoiada e promovida como a forma mais segura e completa de alimentação infantil. O leite materno é o alimento mais importante para bebês e crianças pequenas, protegendo contra diarreias, infecções respiratórias, dengue e outras doenças. Mesmo após os dois anos de idade, de acordo com recomendação da Organização Mundial da Saúde, o leite materno continua sendo fonte segura de nutrição, conforto e vínculo afetivo.



Em contextos de crise, amamentar é ainda mais vital, pois dispensa preparo, água e utensílios, reduzindo o risco de contaminação.

De acordo com orientações do Ministério da Saúde, a equipe do abrigo deve:

- **Garantir que mulheres possam amamentar sem constrangimentos** em qualquer espaço público ou coletivo.
- **Oferecer privacidade**, se desejado, com locais limpos e tranquilos para lactantes (ver página 35).
- **Apoiar e orientar as mães**, inclusive em situações de estresse, promovendo apoio psicossocial e acesso a profissionais de saúde.
- **Nunca incentivar a amamentação cruzada**, devido ao risco de transmissão de doenças.
- **Estimular a doação de leite humano** aos Bancos de Leite, quando possível.

Cuidados com crianças não amamentadas

Quando a amamentação não for possível, deve-se seguir orientação de profissionais de saúde para definir a forma mais segura de alimentação. Nesses casos, a recomendação do Ministério da Saúde é:

- **Usar fórmulas infantis adequadas** à idade e condição de saúde da criança, recomendadas por pediatras.
- **Utilizar leite de vaca integral apenas quando indicado e seguro**, preparado com água potável e utensílios higienizados.
- **Evitar chupetas e bicos**, pois aumentam o risco de contaminação.
- Oferecer leite, fórmulas e líquidos em **mamadeiras limpas e exclusivas**.
- **Verificar sempre a validade e o rótulo dos produtos**, descartando embalagens danificadas ou vencidas.

Importante: O chamado “composto lácteo” não é leite e não deve ser oferecido a crianças pequenas.



Alimentação complementar e saudável

A partir dos seis meses, a criança deve iniciar a alimentação complementar adequada e saudável, mantendo a amamentação. Os primeiros anos de vida são importantes para a formação dos hábitos alimentares. Nesta fase, recomenda-se:

- **Priorizar** alimentos in natura ou minimamente processados, respeitando a cultura alimentar local.
- **Não oferecer** alimentos ultraprocessados, bebidas açucaradas, sucos industrializados e produtos com corantes ou conservantes.
- **Oferecer água potável e limpa**, sempre que necessário, especialmente em períodos de calor.
- Garantir que **a hora da refeição seja um momento de afeto e convivência**, sem pressa nem distrações.
- **Manter utensílios limpos e individuais**, preferindo copos rígidos ou descartáveis em vez de mamadeiras ou bicos artificiais.
- **Estimular a autonomia das crianças** contribuindo para o desenvolvimento de uma relação saudável com a alimentação.

Apoio às famílias e à cultura alimentar

Garantir o acesso a alimentos saudáveis e oferecer informação de qualidade fortalece a autonomia das famílias. A alimentação também é ato de cuidado e de identidade cultural. Nos abrigos, é importante:

- **Respeitar a diversidade alimentar** e costumes regionais.
- **Permitir que as famílias participem da escolha** dos cardápios e expressem preferências.
- **Criar espaços de convivência para o preparo de alimentos**, quando possível, fortalecendo vínculos e autonomia.
- **Promover ações educativas sobre nutrição**, higiene alimentar e segurança no preparo dos alimentos.
- **Monitorar o estado nutricional das crianças** e encaminhar aos serviços de saúde casos de desnutrição, anemia ou sobrepeso.
- **Considerar a existência de intolerâncias e alergias** alimentares.

Cuidados especiais em emergências

- Garantir **armazenamento adequado** dos alimentos, protegendo-os de calor, umidade e contaminação.
- Priorizar grupos com **necessidades específicas**, como gestantes, lactantes, bebês, crianças pequenas, idosos e pessoas com doenças crônicas.
- Evitar a distribuição e o consumo de **alimentos ultraprocessados** ou

PARA SABER MAIS



Conheça mais sobre alimentação para as infâncias no “Guia alimentar para crianças brasileiras menores de dois anos”, do Ministério da Saúde.



- compostos lácteos (por exemplo, alimentos com açúcar e/ou industrializados, como biscoitos, salgadinhos e macarrão instantâneo).
- Seguir os princípios da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN): acesso regular a **alimentos de qualidade**, em quantidade suficiente e de forma social e ambientalmente sustentável.

O que não esquecer

- [] Priorizar o aleitamento materno exclusivo até os seis meses e continuado até dois anos ou mais, conforme o “Guia alimentar para crianças brasileiras menores de dois anos”, do Ministério da Saúde.
- [] Proteger, apoiar e promover a amamentação, criando ambientes reservados e acolhedores para lactantes dentro dos abrigos.
- [] Evitar a amamentação cruzada (entre diferentes mães e bebês), devido ao risco de contaminação.
- [] Garantir oferta segura de água potável e alimentos adequados, evitando ultraprocessados, compostos lácteos e bebidas açucaradas.
- [] Oferecer alimentação culturalmente adequada, respeitando hábitos alimentares e restrições individuais (intolerâncias, alergias, condições de saúde).
- [] Priorizar grupos vulneráveis – como bebês, crianças pequenas, gestantes e lactantes – na distribuição de alimentos e fórmulas infantis, quando necessário.
- [] Armazenar e preparar alimentos com condições higiênico-sanitárias adequadas.
- [] Promover rodas de conversa e oficinas sobre alimentação saudável e segurança alimentar, com linguagem acessível.
- [] Promover ações de avaliação nutricional das crianças e encaminhamento de casos de desnutrição.



Pilar 9:

Kits para a primeira infância nos abrigos emergenciais

Durante e após desastres, os kits infantis cumprem funções essenciais de proteção, conforto, estímulo e reconstrução emocional. Eles ajudam a restabelecer rotinas, fortalecem vínculos familiares e comunitários e garantem o direito ao brincar, ao cuidado e à higiene.

Cada kit é também uma ferramenta de resiliência e desenvolvimento para as

crianças, ajudando-as a compreender e elaborar o que viveram, em um ambiente mais previsível, acolhedor e seguro.

Os kits sugeridos foram elaborados a partir das recomendações e normas do Unicef, do Manual Esfera e dos padrões internacionais para distribuição de itens não alimentares em abrigos emergenciais.

Kit 1: higiene e cuidados pessoais



OBJETIVO

Garantir saúde, conforto e dignidade, fortalecendo hábitos de autocuidado e higiene, essenciais para o bem-estar físico e emocional das crianças.

ORIENTAÇÃO

Cada criança deve receber um kit identificado, que será usado no abrigo e poderá ser levado consigo ao retornar para casa.

ITENS SUGERIDOS POR FAIXA ETÁRIA

0 a 2 anos

- Fraldas descartáveis e/ou de pano.
- Lenços umedecidos e pomada para assaduras.
- Sabonete e xampu neutros.
- Hidratante infantil.
- Escova ou pente de cabelo.

- Toalha de banho macia.
- Escova e pasta de dente (a partir de um ano).
- Copinho de transição.
- Roupas confortáveis e trocas extras.
- Travesseiro de bebê.
- Cobertor ou manta para bebê.

3 a 6 anos

- Escova e pasta de dente infantil.
- Sabonete, xampu e condicionador.
- Hidratante corporal.
- Escova ou pente de cabelo.
- Toalha de banho.
- Roupas íntimas.
- Protetor solar e repelente infantil.
- Travesseiro pequeno.
- Manta ou cobertor infantil.



Kit 2: materiais individuais para o brincar

OBJETIVO

Apoiar o direito de brincar e o processo de elaboração emocional das crianças após o desastre, oferecendo materiais simples que estimulem o desenvolvimento, a criatividade e a sensação de segurança.

ORIENTAÇÃO

Os kits são pessoais e devem acompanhar a criança após o período de acolhimento, apoiando a continuidade do brincar e da recuperação emocional.

ITENS SUGERIDOS POR FAIXA ETÁRIA

0 a 3 anos

- Chocalhos e mordedores.
- Argolas e blocos grandes.
- Livros de pano ou plástico.
- Tecidos coloridos e bolas leves.
- Bonecos de pano.
- Potes e colheres para explorar sons e texturas.

4 a 6 anos

- Massinhas, giz de cera e papel para desenhar.
- Livros ilustrados.
- Jogos simples (memória, dominó, cartas educativas).
- Corda de pular e brinquedos de faz de conta.
- Itens naturais (folhas, pedrinhas, sementes).



Kit 3: materiais coletivos do abrigo

OBJETIVO

Disponibilizar materiais de uso comum que apoiem o trabalho dos facilitadores e educadores nos espaços coletivos do abrigo, promovendo brincadeiras cooperativas, criativas e inclusivas para todas as idades.

ORIENTAÇÕES DE USO

- O kit deve permanecer no abrigo.
- Os brinquedos devem favorecer interações positivas entre idades e incluir crianças com deficiência.
- Deve-se manter reposição periódica dos materiais e supervisionar o uso seguro.
- Os materiais devem ser limpos e receber manutenção regular.
- Deve-se valorizar materiais locais e sustentáveis, evitando o excesso de brinquedos industrializados.

Mais do que apoiar o cotidiano nos abrigos, os kits são instrumentos de reconstrução emocional e social. Brincar, cuidar e criar rotina devolvem à criança a sensação de controle e esperança.

MATERIAIS SUGERIDOS

0 a 3 anos

- Tatame de borracha.
- Bichinhos de borracha.
- Bola de tecido ou de borracha.
- Argolas de plástico e de madeira.
- Chocalhos.
- Tecidos coloridos e maleáveis.
- Caixas de papelão de diferentes tamanhos.
- Bacias de diferentes tamanhos.
- Livros.

4 a 6 anos

- Carrinhos pequenos.
- Bonecos com diferentes tons de pele, cabelo, gênero e etnia.
- Potes, bacias, cestos de palha, panelas, colheres de pau (novas ou que não são mais usadas).
- Papel pardo.
- Folhas de sulfite.
- Giz de cera.
- Massa de modelar.
- Livros de literatura infantil.
- Quebra-cabeça de dez peças ou mais.
- Jogo da memória.
- Tapetes redondos para contação de histórias.
- Fantoques.

JOGOS COLETIVOS E COOPERATIVOS

- Dominó grande.
- Blocos de montar.
- Bola de futebol e kit de gol.
- Bola de vôlei e kit de rede.
- Instrumentos musicais de brinquedo.
- Materiais de arte (papel, tinta lavável, pincéis, massinhas, tesouras sem ponta).
- Corda de pular.
- Caixinha de som.
- Tecidos, almofadas e brinquedos sensoriais.
- Elementos naturais (gravetos, conchas, folhas) para uso em atividades criativas.



Capítulo 4

O que fazer depois:

deixar o abrigo e reconstruir

A saída dos abrigos é um momento delicado e exige cuidado, planejamento e acompanhamento contínuo. O retorno das famílias deve acontecer apenas quando houver condições seguras e dignas de moradia, seja no lar de origem, na casa de familiares ou em programas assistenciais definidos pela rede de proteção social. Esse processo deve ser conduzido com atenção especial às crianças pequenas, que precisam de estabilidade, previsibilidade e afeto para reorganizar sua vida cotidiana.

Nesta fase, recomenda-se que a desocupação dos abrigos ocorra de forma gradual e acompanhada.

As famílias precisam ser informadas com antecedência, compreendendo o processo e tendo apoio para a transição. É importante que crianças e adultos participem das conversas e estejam cientes, ao longo de todo o processo, do que irá acontecer, quais são suas possibilidades e com quem podem conversar para tirar dúvidas. Para aqueles que estão retornando a suas casas, é fundamental incluir nessas conversas orientações sobre a limpeza adequada das casas, para evitar riscos à saúde.

Por fim, as equipes gestoras devem realizar encaminhamentos adequados para que todas as famílias mantenham acesso à rede de serviços, especialmente saúde, educação e assistência social.

ATENÇÃO CONTÍNUA E TRABALHO EM REDE

Mesmo após a saída do acolhimento, as necessidades de proteção e cuidado das crianças permanecem. O trabalho intersetorial – articulando escolas, unidades básicas de saúde, CRAS, CREAS, Compaz e outros equipamentos públicos – é essencial para garantir acompanhamento próximo às famílias e evitar rupturas no cuidado.

As escolas podem, por exemplo, incluir no currículo anual o tema dos desastres ambientais da cidade como estratégia de criação de mais um espaço seguro em que as crianças possam elaborar o que aconteceu com elas, encontrar ferramentas de resiliência e estar mais preparadas caso essas situações se repitam.

Cuidado e prevenção contínuos nos territórios

Muitas famílias retornam para casas com infraestrutura comprometida – sem saneamento, limpeza adequada ou com riscos estruturais. Nesses contextos, o brincar deve continuar sendo incentivado, mas de forma segura:

- Orientar famílias sobre cuidados com a água, higiene e lixo doméstico.
- Evitar que crianças brinquem em locais contaminados.
- Promover campanhas comunitárias de limpeza, controle de vetores e recuperação de áreas públicas.

Essas ações protegem a saúde e devolvem às famílias o sentimento de pertencimento e esperança.

Participação das crianças na reconstrução

As crianças também são protagonistas do processo de reconstrução. Por meio da arte, do brincar e do diálogo, elas expressam como percebem o novo ambiente e o que esperam dele. Atividades como desenhos, jogos simbólicos, contação de histórias e oficinas criativas podem ajudar a ressignificar os espaços afetados e a restaurar o sentimento de segurança.

As escolas, centros culturais e projetos sociais têm papel essencial nessa escuta ativa, valorizando a voz infantil como parte da reconstrução comunitária. **A reconstrução não se limita à reparação material – envolve também reconstruir sentidos, vínculos e perspectivas de futuro.** Projetos de educação, cultura, arte e esporte ajudam as crianças e suas famílias na elaboração do que foi vivido e em uma retomada esperançosa da rotina. Parcerias com organizações da sociedade civil, universidades e coletivos culturais podem potencializar essas ações, oferecendo oficinas, brincadeiras e espaços de convivência que promovem saúde emocional e fortalecimento comunitário.



O que não esquecer

PLANEJAR A SAÍDA COM CUIDADO E DIÁLOGO

- [] Realizar a saída ou fechamento dos abrigos de forma gradual e planejada, garantindo que as famílias tenham destino seguro e digno.
- [] Comunicar com antecedência às famílias, incluindo as crianças, qual o tempo de permanência no abrigo e orientações sobre o retorno.
- [] Garantir que todas as famílias saiam com encaminhamentos claros para a rede de serviços (saúde, educação e assistência).

ASSEGURAR CONTINUIDADE DOS CUIDADOS

- [] Atualizar cadastros e prontuários das famílias, registrando informações sobre saúde, vacinação e educação das crianças.
- [] Equipes de saúde e assistência social que atenderam durante a emergência devem garantir o encaminhamento para a rede do território de origem, de modo que o histórico de atendimentos das famílias e crianças não se perca com a saída do abrigo.
- [] Priorizar visitas domiciliares e acompanhamento psicossocial das famílias recém-desabrigadas, especialmente gestantes e cuidadores de crianças pequenas.

PROMOVER SEGURANÇA E SAÚDE NOS TERRITÓRIOS

- [] Monitorar as condições das moradias e orientar sobre cuidados com a água, limpeza segura das casas no momento do retorno, higiene e lixo doméstico.
- [] Alertar famílias para evitar que crianças brinquem em locais contaminados ou com risco estrutural.
- [] Promover mutirões de limpeza e ações comunitárias de prevenção de doenças (como dengue, leptospirose e infecções de pele).

APOIAR O BRINCAR E A RECUPERAÇÃO EMOCIONAL

- [] Incentivar o retorno das rotinas de brincar, conviver e frequentar a escola.
- [] Oferecer atividades de arte, música e contação de histórias como formas de elaboração emocional e fortalecimento de vínculos.
- [] Criar espaços comunitários para o brincar e de convivência nos territórios em reconstrução.



FORTALECER VÍNCULOS FAMILIARES E COMUNITÁRIOS

- [] Realizar rodas de conversa e grupos de apoio para famílias com crianças pequenas.
- [] Promover ações de autocuidado, escuta e acolhimento emocional de cuidadores.
- [] Envolver lideranças comunitárias e redes locais para apoiar o recomeço das famílias.

GARANTIR O DIREITO À EDUCAÇÃO

- [] Articular com a rede de ensino para retomar o vínculo escolar e viabilizar transporte quando necessário.
- [] Escolas podem apoiar a recuperação emocional das crianças, criando espaços de expressão, diálogo e escuta para que possam elaborar o que viveram e fortalecer sua resiliência.
- [] Incluir no currículo escolar anual conteúdos sobre desastres climáticos, prevenção e respostas, de forma adequada à idade das crianças, desde a primeira infância.

ESTIMULAR A PARTICIPAÇÃO INFANTIL NA RECONSTRUÇÃO

- [] Promover oficinas, desenhos, brincadeiras e rodas de conversa para que as crianças expressem como percebem o território e suas necessidades.
- [] Considerar suas percepções e ideias na reorganização dos espaços públicos e comunitários.

MANTER O TRABALHO INTERSETORIAL

- [] Articular ações conjuntas entre saúde, educação, assistência social, cultura e defesa civil.
- [] Envolver universidades, coletivos culturais e organizações sociais em projetos de reconstrução comunitária.
- [] Manter monitoramento contínuo das condições de vida e bem-estar das famílias após o retorno.

AÇÕES EDUCATIVAS E AMBIENTAIS

- [] Envolver as crianças em projetos ambientais e comunitários contínuos, como hortas escolares, separação de resíduos, mutirões de limpeza e campanhas de solidariedade, fortalecendo o sentimento de pertencimento e cuidado coletivo.
- [] Integrar as temáticas de meio ambiente, prevenção e solidariedade ao currículo escolar de forma progressiva, com linguagem adequada a cada faixa etária.
- [] Estimular o protagonismo infantil em eventos e campanhas locais, garantindo que as ideias e expressões das crianças sejam valorizadas.

Checklist para equipes:

Transição do abrigo ao território



ANTES DA SAÍDA

-] Família foi informada com antecedência e compreendeu o processo.
-] Crianças incluídas na conversa de forma adequada à idade.
-] Avaliação de riscos na moradia de destino (segurança e condições de uso).
-] Encaminhamentos ativos para saúde, educação, assistência social.
-] Atualização do CadÚnico e benefícios garantidos (se aplicável).
-] Transporte organizado para a mudança.
-] Itens básicos distribuídos: higiene, alimentação inicial, colchões, fraldas etc.

NA CHEGADA AO TERRITÓRIO

-] Visita técnica ou contato inicial com a família em até três dias.
-] Inclusão/retorno imediato das crianças à escola ou creche.
-] Atualização do acompanhamento pela equipe de referência do CRAS.
-] Monitoramento de riscos psicossociais (violência, negligência, insegurança alimentar).

ACOMPANHAMENTO CONTÍNUO

-] Reavaliação semanal no primeiro mês.
-] Articulação permanente com a escola e a unidade de saúde.
-] Acesso a atividades de convivência e fortalecimento de vínculos.
-] Participação em ações comunitárias de reconstrução e cuidado ambiental.

Referências técnicas e normativas utilizadas

CAPÍTULO 1 – O QUE SUSTENTA O CUIDAR DURANTE OS DESASTRES CLIMÁTICOS: PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DE AÇÃO HUMANITÁRIA E PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS

Carta humanitária e normas mínimas para resposta humanitária, no Manual Esfera. Sphere Association, 2018. Disponível em: bit.ly/ManualEsferaPT

Compromissos fundamentais para as crianças na ação humanitária. Unicef, 2022. Disponível em: uni.cf/3KvHRKO

Escuta como ato de participação política: ouvindo crianças e adultos na formulação de Planos Municipais pela Primeira Infância (PMPI). CECIP e Urban95, 2022. Disponível em: bit.ly/CartilhaEscuta

Estatuto da criança e do adolescente (ECA). Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Governo Federal, 2023. Disponível em: https://bit.ly/eca_br

Nove requisitos básicos para uma participação significativa e ética das crianças. Save the Children, 2021. Disponível em: bit.ly/9Requisitos

Plano de contingência 2025. Defesa Civil do Recife, 2025. Disponível em: bit.ly/PlanoContingenciaRecife2025

Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004. Disponível em: bit.ly/PNAS_NOB

Priorizando a primeira infância nas cidades brasileiras. Urban95. Disponível em: bit.ly/DiretrizesPI

Protocolo nacional conjunto para proteção integral a crianças e adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência em situação de riscos e desastres. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013. Disponível em: l1nk.dev/w1T45

CAPÍTULO 2 – O QUE FAZER ANTES: PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO

Compromissos fundamentais para as crianças na ação humanitária. Unicef, 2022. Disponível em: uni.cf/3KvHRKO

Escuta como ato de participação política: ouvindo crianças e adultos na formulação de Planos Municipais pela Primeira Infância (PMPI). Urban95, 2022. Disponível em: bit.ly/CartilhaEscuta

Estatuto da criança e do adolescente (ECA). Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Governo Federal, 2023. Disponível em: bit.ly/eca_br

Guia para elaboração de Planos de Contingência Escolares para Eventos Climáticos (Plancon). Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul (SEDUC-RS), Instituto Alana e Vozes da Educação, 2025. Disponível em: bit.ly/PlanconEscolar

Nove requisitos básicos para uma participação significativa e ética das crianças. Save the Children, 2021. Disponível em: bit.ly/9Requisitos

Plano de contingência 2025. Defesa Civil do Recife, 2025. Disponível em: bit.ly/PlanoContingenciaRecife2025

Plano de contingência da assistência social para emergências 2025. Secretaria de Assistência Social e Combate à Fome do Recife. Documento interno.

CAPÍTULO 3 – O QUE FAZER DURANTE: CUIDANDO DA PRIMEIRA INFÂNCIA NOS ABRIGOS EMERGENCIAIS

20 brincadeiras que necessitam de pouco ou nenhum recurso: ideias para adultos brincarem com as crianças nos abrigos provisórios do RS. Organização: Gabriela Soares, Lisiane Oliveira e Rosane Romanini, 2024. Disponível em: bit.ly/20Brincadeiras

Atenção à saúde emocional de crianças afetadas por situações de emergência, Secretaria da Saúde do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2023. Disponível em: bit.ly/Cartilha_SaudeEmocional

Camp Management Toolkit. Camp Coordination Camp Management Cluster, 2008. Disponível em: bit.ly/CampMan_toolkit

Carta humanitária e normas mínimas para resposta humanitária, no Manual Esfera. Sphere Association, 2018. Disponível em: bit.ly/ManualEsferaPT

Checklist equipamentos amigos da primeira infância. Urban95, 2023. Disponível em: bit.ly/CheckListU95

Como cuidar da alimentação de crianças pequenas em situações de calamidade e adversidades? Secretaria da Saúde do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2024. Disponível em: bit.ly/AlimentacaoCalamidade

Compromissos fundamentais para as crianças na ação humanitária. Unicef, 2022. Disponível em: uni.cf/3KvHRKO

Diretrizes do IASC sobre saúde mental e apoio psicossocial em emergências humanitárias. Comitê Internacional Interagências (IASC), 2007. Disponível em: bit.ly/DiretrizesIASC

Early Childhood Development Kit in Emergencies. Unicef. Disponível em: uni.cf/44pP99P

Educação que protege em crises e emergências. Unicef, 2024. Disponível em: uni.cf/4ixeSmg

Educação resiliente: recomendações para fortalecer a resiliência dos sistemas educacionais brasileiros frente às crises climáticas. Todos Pela Educação, 2025. Disponível em: bit.ly/EducacaoResiliente

Emergências em assistência social: gestão e funcionamento dos abrigos temporários no SUAS. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 2024. Disponível em: bit.ly/Emergencias_SUAS

Guia alimentar para crianças brasileiras menores de dois anos. Ministério da Saúde, 2021. Disponível em: bit.ly/GuiaAlimentar_2Anos

Guia de enfrentamento à violência baseada no gênero no contexto de emergência climática do Rio Grande do Sul. Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA). Disponível em: bit.ly/GuiaViolenciaGenero

Guia de escuta especializada: conceitos e procedimentos éticos e protocolares. Ministério de Direitos Humanos e da Cidadania. Disponível em: bit.ly/Guia_EscutaEspecializada

Guia escolar – Rede de Proteção à Infância: identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Ministério da Educação, 2011. Disponível em: bit.ly/GuiaEscolar_Protecao

Guia para acolhimento de pessoas refugiadas e migrantes: padrões internacionais e a experiência do Sistema Único de Assistência Social no município de São Paulo. Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e Secretaria Municipal de

Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) de São Paulo, 2024.

Disponível em: bit.ly/Acolhimento_RefugiadasMigrantes

Guia para respostas a desastres e alojamento emergencial centradas em crianças e adolescentes. Unicef e Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, 2024.

Disponível em: uni.cf/4phTtA4

IASC Vision and Strategy: Protection from Sexual Exploitation and Abuse and Sexual Harassment (PSEAH) 2022-2026. IASC, 2022. Disponível em: bit.ly/Protection_IASC

Ideias para parquinhos para crianças de 0 a 3 anos. Superpool, 2019.

Disponível em: bit.ly/Parquinhos0-3

Kit de desenvolvimento da primeira infância: uma caixa de tesouros de atividades. Unicef, 2020. Disponível em: uni.cf/4t7qKQO

Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – Losan. Presidência da República, Lei nº 11.346, de 2006. Disponível em: bit.ly/Lei_SISAN

Minimum Standards for Camp Management. Camp Coordination Camp Management Cluster, 2021. Disponível em: bit.ly/MS_CampManag

Nove requisitos básicos para uma participação significativa e ética das crianças. Save the Children, 2021. Disponível em: bit.ly/9Requisitos

Orientações para a proteção de crianças e adolescentes em abrigos temporários. Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes do Rio Grande do Sul (CEEVSCA/RS), 2024. Disponível em: bit.ly/ProtecaoCrianças_Abrigos

Orientações para a prevenção e o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes em abrigos temporários. Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes do Rio Grande do Sul (CEEVSCA/RS), 2024. Disponível em: bit.ly/Orientacao_ViolenciaSexual

Orientações para a promoção, proteção e apoio à amamentação e alimentação complementar saudável em estado de emergência, calamidade pública e desastres naturais – Nota Técnica Conjunta nº 56/2024 – DGCI/SAPS/MS e DEPPROS/SAPS/MS. Ministério da Saúde, 2024. Disponível em: bit.ly/Amamentacao_Emergencia

Parques naturalizados: paisagens para um brincar. Criança e Natureza.

Disponível em: bit.ly/Alana_naturalizados

Plano de contingência da assistência social para emergências 2025. Secretaria de Assistência Social e Combate à Fome do Recife. Documento interno.

Plano de contingência 2025. Defesa Civil do Recife, 2025.

Disponível em: bit.ly/PlanoContingenciaRecife2025

Plano de contingência para desastres naturais decorrentes de chuvas intensas 2025.

Secretaria de Saúde Prefeitura do Recife (SESAU), 2025. Documento interno.

Pontos-chave para o cuidado aos bebês e suas famílias nos abrigos temporários.

Organização: Angélica Paulo, Danyara Dias, Gabriela Martins, Gabriela Soares, Lisiane Oliveira, Luciane Pujol, Manuelita Dotti e Rosane Romanini, 2024. Disponível em: bit.ly/Bebes_abrigos

Posso filmar, fotografar e publicar imagens de crianças e famílias em situação de calamidade? Secretaria da Saúde do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2024.

Disponível em: bit.ly/PossoFilmar

Prevenção da exploração e do abuso sexual (PSEA). Curso on-line. ONU.

Disponível em: uni.cf/4rR6zGa

Primeiros Cuidados Psicológicos: guia para trabalhadores de campo. Organização Mundial da Saúde. 2011. Disponível em: bit.ly/PCP_WHO

Princípios e diretrizes para a atuação com a primeira infância em situações de emergência. Rede Estadual Primeira Infância no Rio Grande do Sul e Organização Mundial Para a Educação Pré-Escolar (OMEP), 2025. Disponível em: bit.ly/PI_Emergencias

Projetos de leitura para a primeira infância – Balaio de Livros. CECIP e Urban95.

Disponível em: bit.ly/Leitura_Balaio

Promoção do desenvolvimento integral na primeira infância: organização de espaços seguros no contexto de desastres climáticos. Unicef e Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2024. Disponível em: bit.ly/EspacosSeguros_Emergencias

Proteção da exploração e do abuso sexual (PSEA): saiba o que você deve fazer para prevenir e reportar a exploração e o abuso sexual. Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA).

Disponível em: bit.ly/PSEA_UNFPA

Protection in Humanitarian Action. IASC, 2016. Disponível em: bit.ly/Protection_HA

Psychological First Aid Training Manual for Child Practitioners. Save the Children, 2013.

Disponível em: bit.ly/FirstAid_SC

Subsídios para apoio à construção de regras de convivência nos alojamentos provisórios.

Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 2024.

Disponível em: bit.ly/Subsidios_RegrasConvivencia

Saúde Mental e Atenção Psicossocial em Emergências e Desastres. Ministério da Saúde.

2026. Disponível em: bit.ly/SaudeMental_Desastres

Tipificação nacional dos serviços socioassistenciais. Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 2014.

Disponível em: bit.ly/Tipifica_Socioassistencial

What is Toxic Stress? Unicef. Disponível em: uni.cf/3MqdzJX

CAPÍTULO 4 – O QUE FAZER DEPOIS: DEIXAR O ABRIGO E RECONSTRUIR

Camp Management Toolkit. Camp Coordination Camp Management Cluster, 2008.

Disponível em: bit.ly/CampMan_toolkit

Guia para acolhimento de pessoas refugiadas e migrantes: padrões internacionais e a experiência do Sistema Único de Assistência Social no município de São Paulo.

Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) de São Paulo, 2024.

Disponível em: bit.ly/Acolhimento_RefugiadasMigrantes

Minimum Standards for Camp Management. Camp Coordination Camp Management Cluster,

2021. Disponível em: bit.ly/MS_CampManag

Crianças na primeira infância – fase que vai da gestação aos seis anos de idade – precisam de proteção, estabilidade e acesso a cuidados. Esta cartilha traz orientações sobre como garantir esses direitos em situações de risco e desastres climáticos, principalmente quando as famílias precisam sair temporariamente de suas casas.

Protocolos, organização dos espaços e práticas que priorizam o bem-estar e os direitos das crianças estão entre os conteúdos detalhados neste material para garantir respostas eficientes e humanizadas antes, durante e depois de um abrigo emergencial.

INICIATIVA:

**PRIMEIRA
Infância**
do Recife



APOIO:



URBAN95
think tank

